



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CAIO AMARAL GUEDES

BRICS e o Novo Desenvolvimentismo: Uma análise categorial de discurso da coalizão (2009-2025) e de seus indicadores macroeconômicos como uma estratégia para um novo modelo de desenvolvimento voltado para o Sul Global.

JOÃO PESSOA

2025

CAIO AMARAL GUEDES

BRICS e o Novo Desenvolvimentismo: Uma análise categorial de discurso da coalizão (2009-2025) e de seus indicadores macroeconômicos como uma estratégia para um novo modelo de desenvolvimento voltado para o Sul Global.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Campus I, João Pessoa - PB em cumprimento às exigências para a obtenção do Grau de Bacharel em Relações Internacionais, da Universidade Federal da Paraíba - Campus I, João Pessoa/PB.

Orientador: Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves.

JOÃO PESSOA

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

G924b Guedes, Caio Amaral.

BRICS e o Novo Desenvolvimentismo: uma análise categorial de discurso da coalizão (2009-2025) e de seus indicadores macroeconômicos como uma estratégia para um novo modelo de desenvolvimento voltado para o Sul Global / Caio Amaral Guedes. - João Pessoa, 2025.
77 f. : il.

Orientação: Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Novo Desenvolvimentismo. 2. BRICS. 3. Macroeconomia. 4. Sul Global. 5. Desenvolvimento. I. Gonçalves, Pascoal Teófilo Carvalho. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327(043)

CAIO AMARAL GUEDES

BRICS e o Novo Desenvolvimentismo: Uma análise categorial de discurso da coalizão (2009-2025) e de seus indicadores macroeconômicos como uma estratégia para um novo modelo de desenvolvimento voltado para o Sul Global

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 22 de setembro de 2025

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Lucas Milanez de Lima Almeida
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Profa. Dra. Elia Elisa Cia Alves
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

AGRADECIMENTOS

Ao final da minha graduação e olhando para trás, fico muito mais do que feliz em agradecer a todos que possibilitaram e me apoiaram no decorrer e até mesmo antes de entrar na universidade, visto que foi uma jornada por vezes cansativa e custosa, que me fez crescer imensamente como pessoa e me tornar um profissional preparado para qualquer situação.

Agradeço aos meus pais, que nunca foram de encontro com o fato de ter que sair de Fortaleza, mesmo durante a pandemia, para buscar esta graduação. Ambos mesmo com a dor de mandar o único filho para longe de casa, estiveram sempre do meu lado de alguma forma para me apoiar a continuar focado nos meus objetivos e nos meus sonhos. Elizangela, minha mãe sendo minha inspiração acadêmica, sempre me manteve nos eixos quando eu mais precisava. Gelialdo, meu pai sendo a pessoa mais do lado profissional, me guiando com seu foco e objetividade, nunca me deixaram esquecer o motivo de eu estar aqui e a razão pelo qual eu não preciso olhar para trás com receio, pois eles estariam ali caso eu caísse.

Agradeço à Beatriz, uma mineira que conheci ainda no início da graduação e a mulher com quem desejo passar o resto da minha vida, sinto-me até estranho de chamar ela apenas de namorada, visto que já moramos juntos a dois anos. Ela que sempre viu de perto todos os desafios que passei, e sempre esteve do meu lado, não deixando que eu me desesperrassem e me fazendo enxergar os desafios de maneira clara e não tão amedrontadoras quanto pareciam.

Agradeço aos meus amigos de Fortaleza e de João Pessoa, não correrei o risco de nominá-los aqui e acabar esquecendo alguém. Estes dois locais onde eu sempre escolhi me rodear de boas pessoas que nunca me fizeram me sentir só.

Me permitindo ser mais poético, é interessante como estando aqui ou em Fortaleza, me sinto como um estrangeiro em ambos os locais, e acho que esse sentimento é um mal para todo internacionalista com sonhos globais. Por isso, todas as pessoas citadas e até quem não citei, que se fazem presentes à distância ou presencialmente, fazem qualquer lugar ser um lar.

*“Eu que sou de onde a miséria
seca as estações
Vi a primavera
Florescer entre os canhões
E não recuar (lararara rara)
Eu que sou de guerra
Dei o sangue na missão
De regar a terra
Se eu tombar vão ser milhões pra
multiplicar (lararara rara)
- Don L*

“Eu acho que a gente tem que olhar para o sul e imaginar um futuro. Temos que imaginar um futuro que não seja um futuro distópico, que não seja um futuro de morte das esperanças, né? Porque é muito fácil imaginar esse futuro da morte das esperanças, já foi imaginado desde os anos 70. Tem muito filme sobre como seria a distopia do futuro, e a gente já está nela. Não precisa mais. A gente tem de fazer o contrário. A gente tem que imaginar um futuro melhor para a gente, voltar a ter uma noção do que a gente quer construir. E não apenas ficar sujeito ao que nos é imposto.”

(Don L)

RESUMO

O BRICS, coalizão composta por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, está em uma crescente agência no sistema econômico mundial. Perante esse contexto, o presente trabalho busca correlacionar as estratégias político-econômicas dos BRICS e suas instituições financeiras com a teoria econômica e política do Novo Desenvolvimentismo, formulada por economistas e cientistas políticos latino-americanos. Para isso, realizou-se uma revisão bibliográfica do Novo Desenvolvimentismo, definindo seus autores, conceitos e discursos, e explorou-se a aplicabilidade da teoria nas estratégias de desenvolvimento propostas pelos BRICS, através de uma análise sistemática de discurso. A metodologia incluiu uma análise de conteúdo categorial de declarações conjuntas dos líderes e ministros de comércio dos BRICS (2009-2025), documentos estratégicos do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), e a análise de indicadores macroeconômicos (taxa de juros, câmbio, lucro, salário e inflação) dos países BRICS de 2013 a 2025, utilizando bases de dados do FMI. Identificaram-se diversas motivações e discursos desenvolvimentistas nas políticas do bloco, embora de forma incipiente e sujeita a inconstâncias devido à diversidade socioeconômica do bloco e pela estratégia de ação dos BRICS. Observou-se uma relação entre a teoria do Novo Desenvolvimentismo e a estratégia dos BRICS para uma reformulação econômica e política do sistema internacional, especialmente após a crise financeira de 2008. Ademais, constatou-se que países como Brasil, Rússia, África do Sul e Índia ainda apresentam altas taxas de juros, que impactam negativamente investimentos, câmbio e balanços de pagamentos, resultando em déficits cíclicos, uma herança das estratégias neoliberais de crescimento via dívida externa. No entanto, o grupo reconhece os problemas associados à desindustrialização e à doença holandesa, buscando mitigar seus efeitos de forma complementar ao sistema existente. Há um foco crescente na desdolarização do sistema financeiro internacional e na maior utilização de moedas locais para empréstimos e investimentos, um ponto crucial para o Novo Desenvolvimentismo. Conclui-se que a relação entre a estratégia do Novo Desenvolvimentismo e as políticas que são praticadas internamente pelos BRICS é incipiente, influenciada por fatores como a autonomia na política cambial, grupos de poder e sistemas políticos internos. O bloco então, constitui um ator importante, propõem alternativas de desenvolvimento paralelas às instituições de Bretton Woods e impulsiona reformas no sistema financeiro internacional.

Palavras-Chave: Novo Desenvolvimentismo, BRICS, Macroeconomia do Desenvolvimento, Cooperação Sul-Sul, Desdolarização, Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), Industrialização; Doença Holandesa; Desindustrialização.

ABSTRACT

BRICS, a coalition comprising Brazil, Russia, India, China, and South Africa, is playing an increasingly important role in the global economic system. In this context, this paper seeks to correlate the political-economic strategies of the BRICS and its institutions with the economic and political theory of New Developmentalism, formulated by Latin American economists and political scientists. The methodology included a categorical content analysis of joint statements by BRICS leaders and trade ministers (2009-2025), strategic documents from the New Development Bank (NDB), and an analysis of macroeconomic indicators (interest rates, exchange rates, profits, wages, and inflation) for the BRICS countries from 2013 to 2025, using IMF databases. Several motivations and developmental discourses were identified in the bloc's policies, although in an incipient form and subject to inconsistencies due to the bloc's socioeconomic diversity and the BRICS' strategy for action. A relation was observed between the theory of New Developmentalism and the BRICS strategy for economic and political reform of the international system, especially after the 2008 financial crisis. Furthermore, it has been found that countries such as Brazil, Russia, South Africa, and India still have high interest rates, which negatively impact investments, exchange rates, and balance of payments, resulting in cyclical deficits, a legacy of neoliberal strategies for growth via foreign debt. However, the group recognizes the problems associated with deindustrialization and Dutch disease, seeking to mitigate their effects in a manner complementary to the existing system. There is a growing focus on the de-dollarization of the international financial system and the greater use of local currencies for loans and investments, a crucial point for New Developmentalism. It is concluded that the correlation between the New Developmentalism strategy and the internal practices of the BRICS countries is incipient, influenced by factors such as autonomy in exchange rate policy, power groups, and internal political systems. The bloc, with its non-binding initiatives and financial institutions, is an important actor that proposes viable development alternatives to the Bretton Woods institutions and drives reforms in the international financial system.

Keywords: New Developmentalism, BRICS, Developmental Macroeconomics, South-South Cooperation, De-dollarization, New Development Bank (NDB), Industrializatio

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACR	Arranjo Contingente de Reservas
AIIB	Asian Infrastructure Investment Bank
B2B	Business to Business
B2C	Business to Consumer
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BRICS+	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul mais países convidados.
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CID	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
COVID-19	Corona Virus Disease
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
G6	Estados Unidos, Alemanha, Japão, França, Reino Unido e Itália
G7	Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido,
G20	Grupo dos 20
IMF	International Monetary Fund
ND	Novo Desenvolvimentismo
NDB	New Development Bank
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PPP	Parcerias Público-Privadas
QE	Quantitative Easing

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. METODOLOGIA.....	13
3. CONSTRUÇÃO DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO	15
3.1 Keynesianismo e pós-keynesianismo	15
3.2 Desenvolvimentismo estruturalista clássico	16
3.3 Novo Desenvolvimentismo.....	19
3.3.1 Aspectos ideológicos do Novo Desenvolvimentismo	21
3.3.2 Taxa de Câmbio no Novo Desenvolvimentismo.....	21
3.3.3 Taxa de Juros no Novo Desenvolvimentismo	22
3.3.4 Balanço de Pagamentos e Crescimento para o Novo Desenvolvimentismo	23
3.3.5 Por quê Novo Desenvolvimentismo e BRICS?.....	24
3.3.6 Novo Desenvolvimentismo e o Meio Ambiente	26
4. BRICS.....	28
4.1 Contexto Mundial e histórico.	28
4.2 Criação dos BRICS	29
4.3 Primeiro ciclo de Cúpulas dos BRICS.....	32
4.4 Segundo ciclo de Cúpulas dos BRICS.....	35
4.5 Terceiro Ciclo de conferências dos BRICS (2019-Atualmente).....	38
5. BRICS E A TEORIA DO NOVO DESENVOLVIMENTO.....	44
5.1 Inovações no campo dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento.....	44
5.2 Indicadores e políticas Macroeconômicas	47
5.2.1 Taxa de investimento:	49
5.2.2 Taxa de Juros:.....	51
5.2.3 Taxa de inflação	52
5.2.4 Balanço Comercial	53
5.2.5 Taxa de câmbio	55
5.3 Visão geopolítica dos BRICS em relação à teoria Novo Desenvolvimentista	56
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62

1. INTRODUÇÃO

O sistema econômico mundial pode estar passando por um momento de transição. O modelo de desenvolvimento do Consenso de Washington pode ter assegurado o crescimento dos países desenvolvidos ocidentais, entretanto, a liberalização do balanço de pagamentos, a crise da dívida externa em países como o Brasil, México e Argentina, e a crise financeira mundial de 2008, reacenderam debates em apoio ao retorno do intervencionismo keynesiano do Estado na economia (Ferrari Filho e Fonseca, 2015).

Por conseguinte, existe o crescente interesse acerca do debate desenvolvimentista, visto que a hegemonia ortodoxa liberal é abalada e abre espaço para novas formas de conceituar o desenvolvimento (Mollo e Fonseca, 2013).

Assim, abre-se espaço para a exploração da ND como uma teoria em ascensão, visto seu potencial de aplicabilidade em projetos de desenvolvimento que visam um Estado e um Mercado fortes, com ênfase na competitividade internacional por meio do progresso tecnológico e do desenvolvimento de políticas macroeconômicas equilibradas e o fortalecimento de um projeto nacional de desenvolvimento, voltado primeiramente para dentro, que une crescimento com equidade social (Moraes e Saad-Filho II, 2011).

Nesta conjuntura, Bresser-Pereira (2004) esboça o conceito do Novo Desenvolvimentismo (ND), uma teoria mais abrangente de desenvolvimento econômico e social que amplia o manejo dos preços macroeconômicos do desenvolvimentismo cepalino, e leva em consideração as experiências neoliberais e a estagnação das economias e do processo de industrialização na América Latina. Manuel Agosin (2012) e Bresser-Pereira, juntamente de um grupo de economistas, elabora as 10 teses do Novo Desenvolvimentismo. Neste documento, se destaca a ideia de se utilizar todos os recursos domésticos de maneira efetiva e sustentável para garantir o desenvolvimento, o pleno emprego e o progresso tecnológico (Manuel Agosin, 2012).

A teoria foi utilizada primariamente para analisar o estado de quase-estagnação no Brasil e países latino-americanos nos seus processos de industrialização, e como superá-los através da intervenção do Estado e a construção de um projeto de desenvolvimento nacional (Sicsú et al, 2007). Entretanto, segundo Oriol e Martins (2023) o Novo Desenvolvimentismo ainda possui gaps na sua diversidade de produção e aplicação dela em diferentes cenários.

Outro ponto de contribuição do Novo Desenvolvimentismo está ligado ao objetivo deste trabalho. Patrick Bond (2019), realiza um estudo comparado comparando as políticas internas

do Brasil e externas dos BRICS e suas propostas para a economia mundial, com o Novo Desenvolvimento. Neste estudo, Bond (2019) ao fazer esta análise, identifica uma velha forma de desenvolvimentismo, mais focada na substituição de importações até mesmo no âmbito do Novo Banco de Desenvolvimento. Mas para o futuro, os governantes progressistas iriam observar a necessidade de um desenvolvimentismo mais genuína.

O sistema internacional, desde a crise financeira mundial, assiste a crescente insatisfação com as instituições surgidas do Consenso de Washington, suas conseqüentes crises no balanço de pagamentos e na dívida externa dos países em desenvolvimento, que foram posteriormente alegadas de má aplicação do projeto neoliberal de desenvolvimento. Este contexto abriu espaço para a emergência de um novo modelo de pensar o desenvolvimentismo de bem-estar social, que longe de ser uma revolução contra o modelo capitalista, mas uma redefinição das estratégias para países emergentes fora da estratégia neoliberal com a cooperação Sul-Sul como uma de suas bases (Draibe e Riesco, 2011).

A ascensão do grupo BRICS, composto por Brasil, Rússia, Índia, China, e sua institucionalização, surge concomitantemente em 2009 durante a crise financeira mundial. O fortalecimento do bloco reflete o crescimento da coordenação e cooperação Sul-Sul e de seus modelos de crescimento, em contraponto aos regimes multilaterais neoliberais que encontram dificuldade em avançar, ilustrado pelo fracasso da Rodada Doha, e falta de voz dos países emergentes, sinaliza a necessidade de recorrerem a novos arranjos e configurações (Damico, 2015).

Cardoso (2025) destaca que o bloco BRICS+, que inclui Egito, Etiópia, Arábia Saudita, Irã e Emirados Árabes, já representa 44% do PIB mundial em Paridade de Poder de Compra (PPP) e possui 55% da população global. Constituindo assim uma coalizão heterogênea com presença mundial, o que traz consigo imensas oportunidades e desafios quanto ao sistema multilateral em oposição ao imperialismo e autoritarismo econômico atual (Cardoso, 2025).

Ainda mais, a recente criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e do Arranjo Contingente de Reservas (ACR) promove a influência do bloco e sua capilaridade como ator no sistema financeiro internacional, como uma alternativa, complementar às instituições tradicionais, para os países que buscam se afastar da esfera de influência norte-americana (Pennaforte et. al, 2022). Logo, estas instâncias também passarão pela metodologia de análise, verificando-se seus documentos constitutivos, políticas ou discursos.

Logo, um dos objetivos do trabalho será definir o que é a teoria econômica-política do Novo Desenvolvimentismo. Por conseguinte, utilizá-la para analisar atuais tendências no debate sobre industrialização e desenvolvimento econômico no eixo do Sul Global, compostas pelo Novo Banco de Desenvolvimento e no progressivo destaque do grupo BRICS na economia internacional.

Desta maneira, a pergunta norteadora do trabalho será: **de que forma os BRICS incentivam o Sul Global, através de seu discurso e instituições econômicas, propostas apoiadas no novo desenvolvimentismo?** Com fim, um dos objetivos do presente trabalho o estudo do Novo Desenvolvimentismo, ao definir seus principais autores, conceitos e discursos. A partir disso, propor uma nova leitura e aplicação da teoria no campo das relações internacionais. O próximo objetivo será analisar as declarações conjuntas dos líderes e ministros do comércio, planos de ação dos BRICS e, com fim, documentos estratégicos do Novo Banco de Desenvolvimento. Para assim realizar um histórico de como o discurso da coalizão está alinhado à Teoria Novo Desenvolvimentista.

Para atingir os objetivos no presente trabalho, será realizada uma revisão bibliográfica da literatura sobre a teoria político-econômica do Novo Desenvolvimentismo. Partindo das discussões entre as teorias desenvolvimentistas latino-americanas e das obras de um dos seus principais autores, o economista e ex-ministro da fazenda Luiz Carlos Bresser-Pereira, para entender seus principais conceitos. Revisões bibliográficas também serão realizadas para a conclusão do segundo e terceiro objetivos.

No mais, será feita uma análise de conteúdo categorial, das súmulas ou declarações conjuntas das reuniões dos BRICS de 2009 a 2024 e de documentos do Novo Banco de Desenvolvimento, obtidos através de seus sites institucionais, que se relacionam com o tema do novo desenvolvimentismo. Assim, a metodologia de abordagem para a formulação de hipóteses será o método hipotético-dedutivo, em que, a partir de um problema, uma hipótese é formada através da inferência dedutiva e o teste dessa hipótese caso confirme-se verdadeira (Prodanov e Freitas, 2013).

Por último, foram utilizadas bases de dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) como o *World Economic Outlook Database* e o *International Financial Statistics* para a análise dos índices macroeconômicos dos países que compõem os BRICS, com o fim de realizar a observação das tendências individuais da definição de suas políticas macroeconômicas. Pois

em diversas ocorrências deixaram clara a necessidade de coordenação conjunta de políticas macroeconômicas para o melhor andamento da economia internacional (BRICS, 2010; 2012).

A motivação do trabalho forma-se pela disparidade do equilíbrio político e econômico entre os países do Norte e do Sul no sistema internacional, nas instituições financeiras internacionais, e o crescimento de alternativas à governança atual.

Embora não representem uma ruptura estrutural com o sistema vigente, a teoria e o bloco são alternativas que complementam o sistema, e projetam um estilo de governança econômica e desenvolvimento diferente da controlada pela hegemonia estadunidense e do dólar. Ao possuir propostas de crescimento nacionais, buscam um plano de desenvolvimento nacional que une as classes nacionais e internacionais do Sul Global em prol do desenvolvimento também social e ambiental. (Bresser-Pereira e Milan, 2018).

Assim, será feita a utilização de uma teoria desenvolvimentista contemporânea, no caso, o Novo Desenvolvimentismo. A escolha é inspirada no prefácio de José Humberto de Brito Cruz, professor do Instituto Rio Branco, no artigo: BRICS, estudos e documentos (Baumann et al, 2015). Cruz afirma que uma possível armadilha aos analistas que se debruçam sobre os BRICS é analisá-lo sem questionar seus pressupostos, correndo o risco de enxergar o novo sob códigos obsoletos.

Com isso, o estudo do ND e a busca por aplicá-lo à análise de discurso de um bloco de atores internacionais, propõe apresentar um método de análise dinâmico e crítico a um objeto que também passa por transformações constantes e se faz cada vez mais presente e ativo na governança global.

A partir disso, a estrutura geral do trabalho seguirá com a Metodologia, e posteriormente, um estudo sobre as teorias que fundamentam a base teórica do Novo Desenvolvimentismo. Sendo elas o keynesianismo, pós-keynesianismo e desenvolvimentismo estruturalista clássico.

Depois, será feito um apanhado do crescimento organizacional dos BRICS, separando suas cúpulas em ciclos que possuem blocos temáticos e acontecimentos específicos a cada cúpula. E por fim, o último capítulo trará a análise de discurso categorial, utilizando os principais discursos presentes nos BRICS e no Novo Banco de Desenvolvimento. Ademais, os 5 preços macroeconômicos dos países fundadores dos BRICS serão utilizados para ilustrar e analisar a autonomia interna dos mesmos. Para assim, verificar sua capacidade de incentivar um Novo Desenvolvimentismo como estratégia macroeconômica interna.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada será a análise de conteúdo categorial. Sampaio e Lycarião (2021, p. 17) realizam uma revisão bibliográfica das definições de análise de conteúdo categorial nas Ciências Sociais chegam à adaptação que acreditam ser a mais apropriada:

Análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa científica baseada e procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos.

A partir dessa definição, os documentos foram analisados por um programa escrito na linguagem python. O programa é alimentado por um *codebook*, uma lista de palavras e termos-chave separados por categorias previamente estabelecidas pelo autor. O software então realiza a extração das palavras-chave do documento e das frases que estão inseridas, e faz a categorização delas por assuntos estabelecidos: sistema internacional, economia internacional, industrialização e institucionalização¹.

No software, foram incluídas as declarações conjuntas dos líderes e ministros de finanças dos BRICS de 2009 a 2025, além do documento de estratégia do Novo Banco de Desenvolvimento 2022-2026. Com este material foi realizada a leitura manual das frases e contextos das declarações para compreensão do seu conteúdo. E então, é realizada manualmente a análise de congruência das proposições e discursos dos documentos com as políticas propostas pela teoria político-econômica do Novo Desenvolvimentismo.

Em vista geral, houve 2764 frases retiradas para leitura, em sua maioria proposições generalistas sobre reformas das instituições financeiras tradicionais e reafirmações dos valores que os BRICS propunham para o sistema político-econômico internacional.

Posteriormente, foi realizada a leitura e categorização das principais proposições que forem congruentes com o Novo Desenvolvimentismo. Assim, durante a construção do argumento, foram utilizadas essas frases e propostas de direcionamentos políticos e o que o Novo Desenvolvimentismo diz sobre este direcionamento.

Em momentos de grande turbulência econômica, principalmente após começo do segundo ciclo de cúpulas (2014), propostas mais diretas para mudanças na economia internacional e

¹ O acesso ao código, que contém o codebook incluso em seu corpo, pode ser feito via github. Através do site: <https://github.com/caioguedesz/analisebrics>

ações diretas como a criação do NDB e do ACR abriram espaço para propostas de desenvolvimento mais direcionadas e com aspectos desenvolvimentistas.

Ademais, foram extraídos de bases de dados do Fundo Monetário Internacional, índices de taxas de investimento, juros, inflação e do balanço comercial dos países BRICS. Eles formam a âncora do argumento.

É verificada a visão geral do andamento das políticas macroeconômicas dos países para analisar o sucesso ou não da coordenação de políticas macroeconômicas entre a coalizão. Além de compreender possíveis motivos para a lenta construção de uma estratégia desenvolvimentista de maneira mais assertiva.

Do Novo Desenvolvimentismo, um conceito específico foi utilizado para a construção do argumento, a Doença Holandesa.

A Doença Holandesa no Novo Desenvolvimentismo é um sintoma, de países que são exportadores de *commodities*. Nestes países, três equilíbrios são necessários para manter a competitividade das indústrias internas no setor externo, sendo eles: o equilíbrio corrente, industrial e do déficit em conta corrente, também chamado de equilíbrio da dívida externa (Bresser-Pereira, 2024).

Este sintoma, possui como efeito a sobrevalorização crônica da moeda nacional, afetando a competitividade da indústria. Este efeito bloqueia a industrialização e pode até desindustrializar uma economia, no caso de países que adotaram a cartilha liberalizante em meados de 1990 (Bresser-Pereira, 2024). Para sua neutralização, seria necessário a adoção de tarifas de importação em produtos manufaturados ou a adoção de uma tarifa de exportação variável para *commodities* (Bresser-Pereira, 2024).

3. CONSTRUÇÃO DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO

3.1 Keynesianismo e pós-keynesianismo

Logo, primeiro abordaremos o keynesianismo e o pós-keynesianismo e suas contribuições para o Novo Desenvolvimento, depois o Desenvolvimento Estruturalista Clássico e suas contribuições, e por fim, o Novo Desenvolvementismo. Do Novo Desenvolvementismo, serão apresentadas sua micro e macroeconomia, suas contribuições para a economia do desenvolvimento e sua pertinência.

O aprofundamento nestas teorias desenvolvimentistas faz-se necessário pelas contribuições que estas propuseram. Por existirem como um olhar fora da ortodoxia liberal, por serem também as teorias em que o Novo Desenvolvementismo ergue seus pilares microeconômicos e de economia política. Assim, a ND aparece como uma alternativa focada na macroeconomia do desenvolvimento e na construção de uma teoria da quase-estagnação da industrialização de países em desenvolvimento (Bresser-Pereira, 2025).

Para introduzir os conceitos necessários do keynesianismo e do pós-keynesianismo é necessário apresentar um dos seus preceitos basilares. Segundo o criador da teoria John Maynard Keynes (1936), os mercados provaram ser incapazes de regular todos os aspectos da produção e da proteção dos empregos, no contexto da crise da Grande Depressão de 1929.

Assim, formou-se a conjuntura para a gestação da teoria econômica desenvolvimentista, que acreditava no gerenciamento das taxas de juros e demais políticas econômicas pelo Estado para influenciar o mercado e atingir o equilíbrio (Peet e Hartwick, 2009). Além disso, todas possuem um olhar histórico-dedutivo da realidade, advindo da economia política da escola pós-keynesiana, para formular suas ideias e a defesa de uma ação ativa do Estado nas economias a partir do exame da realidade do sistema econômico vigente (Bresser-Pereira 2024).

O keynesianismo foi desenvolvido na década de 1920, um pouco antes da grande depressão causada pelas políticas macroeconômicas liberais e a superprodução que marcou a economia dos Estados Unidos. Segundo Peet e Hartwick (2009), além da regulação da taxa de juros, outro dispositivo de Keynes para o desenvolvimento seriam políticas fiscais. Os governos gastarem mais do que conseguem ganhar em pagamentos das taxas de juros, contratação de serviços de empresas privadas, todas aumentariam a demanda por maior circulação de dinheiro na economia, por conseguinte, gerando empregos e desenvolvendo a economia local (Peet e Hartwick, 2009).

Segundo Mollo (2016 p.132), o pós-keynesianismo é formulado ainda com Keynes em vida, com base na sua obra final, a Teoria Geral de 1970, e define como pontos principais para o desenvolvimento o volume de investimento e intervenção do Estado. Dessa forma, o mercado sozinho seria incapaz de realizar os investimentos necessários, pela volatilidade de variáveis como a taxa de juros; pressões de oferta e demanda de agentes econômicos e o grau de retorno. Logo, caberia ao Estado lidar com essas variáveis, para incentivar o investimento, a geração de empregos e a renda, para possibilitar uma arena economicamente viável para os investimentos privados prosperarem (Keynes, 1936).

Após 1929, em face da Grande Depressão que assolou os Estados Unidos, as políticas propostas por Keynes e sua teoria tornaram-se parte do mainstream do pensamento econômico mundial. Sua base de estado centrismo ia de encontro com as políticas liberalizantes das teorias clássicas, vistas como responsáveis pela crise. Neste contexto, foi promulgado o acordo New Deal de 1933, uma série de medidas pragmáticas tomadas pelo governo dos Estados Unidos para gerar o pleno-emprego, e a intervenção do Estado foram necessárias para pôr fim à crise (Peet e Hartwick, 2009). Em seguida, suas políticas focaram também no crescimento econômico, medidas aplicadas nos países europeus ocidentais no pós Segunda Guerra Mundial, para garantir a geração de emprego para os combatentes que retornam e proteção por meio de políticas de bem-estar social.

Partindo para a contribuição das correntes keynesianistas para a formulação da teoria do Novo Desenvolvimento, Bresser-Pereira (2021), destaca que a macroeconomia keynesiana foi essencial para a formação econômica do capitalismo, pois a tendência a falta de demanda no mercado faria necessária a condução estatal de uma política macroeconômica. Ademais, compartilha com a economia keynesianista a crítica à ortodoxia liberal e a sua estratégia da necessidade de crescimento através da dívida externa e na crença de que em um estrangulamento no balanço de pagamentos, ações restritivas na contracorrente são inevitáveis.

Bresser-Pereira, Marconi e Oreiro (2015, p.9) definem que o momento do keynesianismo se esgota, ao fim da década de 1930. Entre 1940 e 1960, há a ascensão do Desenvolvimentismo Estruturalista Clássico, capaz de impulsionar a industrialização, principalmente dos países latino-americanos, mas também incapazes de se distanciar do populismo fiscal, mas que contribui para a formação da política econômica do Novo Desenvolvimento (Bresser-Pereira, 2024).

3.2 Desenvolvimentismo estruturalista clássico

O desenvolvimentismo estruturalista clássico, ou apenas Estruturalismo, foi a escola de pensamento formulada após a segunda guerra mundial, em 1948, por economistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Sua produção intelectual estava fundamentada nas ideias de Prebisch da divisão entre países de centro e periferia, como consequência, seus métodos de inserção econômica internacional e seus modos de industrialização e desenvolvimento (Bielschowsky, 1998).

Seus principais nomes são os economistas Raúl Prebisch, Rosenstein-Rodan, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e Aníbal Pinto. Sua principal contribuição foi o conceito do Estado Desenvolvimentista, e a análise prática da substituição de importação para a superação do subdesenvolvimento brasileiro, movimento ocorrido em meados de 1930 pelo investimento nas indústrias químicas e siderúrgicas (Fonseca, 2009). Estratégia adotada pela necessidade, devido à crise mundial que ocorria e afetava a oferta de bens duráveis, logo, a indústria e o governo deveriam sustentar a crescente demanda interna por bens manufaturados e bens de capital, além de serem necessárias para o incentivo à inovação e industrialização (Rosenstein-Rodan, 1943)

Para Braga e Figueiredo (2023), há outros dois elementos que destacam a originalidade e importância da análise de Celso Furtado: a existência de grupos que disputam a renda gerada no processo produtivo e o benefício que o grupo rentista da sociedade recebe com as políticas compensatórias exercidas pelo Estado brasileiro à época, os cafeicultores latifundiários. Furtado então analisa a macroeconomia como uma questão de grupos com interesses diferentes influenciando a direção da política econômica influenciada pela Grande Depressão.

Os ganhos multiplicativos, gerados pela substituição de importações de produtos básicos, fariam com que a espinha dorsal da indústria se desenvolvesse, composta pelas indústrias químicas e siderúrgicas, progredindo até os bens de capital num processo que aconteceria simultaneamente (Tavares, 2000).

Em seu artigo e manifesto apresentado em nome da CEPAL, *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais* (1949), Prebisch faz uma crítica às teorias neoliberais que guiaram os países em desenvolvimento, ao apontar a falha nas teorias clássicas em considerar a realidade latino-americana, suas aspirações e desejos, para relegá-los a posição de economias primário exportadoras na divisão internacional do trabalho. Além disso, destaca o papel essencial do Estado no capitalismo, como facilitador da industrialização a partir de medidas anticíclicas compensatórias para equilibrar os ganhos com exportações e realizar o aumento cauteloso da arrecadação fiscal.

Prebisch (1949), centrava o motor do desenvolvimento econômico, portanto, no setor manufatureiro, como difusora do progresso tecnológico, contanto que as tarifas de importação altamente criticadas pelos setores mais ortodoxos da economia como meramente protecionistas. Mas, como aponta Bresser-Pereira (2019), as mesmas podem ser apontadas como uma reação à doença holandesa, que será definida no novo desenvolvimentismo, como a estagnação sentida pelo setor de bens manufaturados nacionais por conta das desvantagens competitivas. No novo-desenvolvimentismo, para André Nassif (2024), há a incorporação de outras estruturas produtivas no cerne do desenvolvimento econômico, relativos ao mundo da macroeconomia, para suscitar o crescimento social-tecnológico a longo prazo.

Ao avaliar as contribuições do Desenvolvimentismo Clássico para a formulação de uma teoria Novo-Desenvolvimentista, Bresser-Pereira (2024), afirma que sua principal contribuição seria a ideia do desenvolvimento a partir da industrialização ou “mudança estrutural”. A mudança estrutural, por exemplo, estaria presente na obra de Peter Evans (1993), como um ajuste estrutural em que o Estado Desenvolvimentista estaria na centralidade do desenvolvimento de uma estratégia de crescimento econômico e industrialização, por se tratar de uma estrutura institucional desenvolvimentista capaz de sustentar as ações da “mão invisível do mercado”; seletivos no recrutamento interno para passar respaldo no seu funcionamento; altamente estratégicos e seletivos nas áreas que desejarem intervir no mercado.

Segundo Bresser-Pereira (2025), contribuições do desenvolvimentismo clássico incluem a formação de conceitos de restrição externa, anti-imperialismo, tarifas para subsidiar exportação de produtos manufaturados como forma de neutralizar a doença holandesa, mesmo não a conhecendo, entre outras.

A partir das contribuições de ambas as teorias desenvolvimentistas que tiveram respaldo e influência em diversos países em desenvolvimento e mercados emergentes, a teoria do Novo Desenvolvimento emerge, ao encontrar um gap na literatura sobre a definição da quase-estagnação em países subdesenvolvidos, elementos que levam à doença holandesa e como neutralizá-la.

A ND possui uma visão mais otimista quanto à exportação, enquanto o desenvolvimentismo clássico foca na substituição de importações, e concordam que o Norte Global opera contra o desenvolvimento de países em desenvolvimento, a partir do sistema cambial desigual, exportando suas mercadorias com alto valor agregado e importando *commodities* com baixo valor agregado (Bresser-Pereira, 2024, 2025).

3.3 Novo Desenvolvimentismo

A partir desta seção, será feita uma revisão bibliográfica do Novo Desenvolvimentismo. Sua escolha se dá pela atualidade, pertinência e multidisciplinaridade possibilitada pela teoria. A teoria do Novo Desenvolvimento emerge no início dos anos 2000, como um terceiro discurso, entre a ortodoxia convencional/neoliberalismo e o desenvolvimentismo clássico (Bresser-Pereira, 2004). A teoria toma para si as políticas keynesianas contemporâneas de complementaridade entre Estado e mercado, mas também abarca a visão estruturalista cepalina após o período de substituição de importações, de que somente a industrialização não foi capaz de lidar com as desigualdades no Brasil (Sicsú et al, 2007). Em sua concepção, Bresser-Pereira (2006) chama a atenção para a tentativa do neoliberalismo de tornar o desenvolvimentismo como um ato populista e de irresponsabilidade econômica.

É composta por um grupo de economistas brasileiros, inspirados pelo modelo de desenvolvimento dos países asiáticos dinâmicos como China, Japão, Coreia do Sul e na Índia (Bresser-Pereira, 2006), e possui autores proeminentes como: Bresser-Pereira, José Luis Oreiro, Yoshiaki Nakano, Nelson Marconi, entre outros. Suas contribuições para a economia política brasileira foram de suma importância, por se tratar de um contraponto à grande onda ideológica neoliberal-ortodoxa de 1980 e uma adição à teoria do desenvolvimentismo clássico (Bresser-Pereira, 2006).

Para compreender o Novo Desenvolvimentismo, é necessário passar por sua denominação e explorar seus principais conceitos. Segundo Luiz Carlos Bresser-Pereira, um de seus principais autores: “A ND é um referencial teórico, que explica por que países latino-americanos estão quase estagnados desde a década de 1980” (2024, p.47). E, para realizar proposições para recuperação do crescimento (Bresser-Pereira, 2025).

No livro “Novo Desenvolvimentismo: introduzindo uma nova teoria econômica e economia política”, Bresser-Pereira (2024) realiza um apanhado dos 20 anos de discussões em torno da teoria, em busca de uma organização central desta para possibilitar estudos mais direcionados. Será também utilizado como base, o manifesto das 10 teses do novo desenvolvimentismo (2012), criado por Bresser-Pereira, Manuel Agosin, mais um grupo de 80 economistas e cientistas sociais keynesianos e pós-keynesianistas.

Em seu livro, Bresser-Pereira (2024) faz a construção do Novo Desenvolvimentismo desde a base, define sua economia política como marxista, com foco na coalizão de classes desenvolvimentistas. Para o ND, este é um dos pontos necessários para um Estado-Nação

formar e colocar em prática uma estratégia nacional de desenvolvimento. Na sua microeconomia, foca na oferta, se combinada com políticas macroeconômicas de baixas taxas de juros e políticas cambiais competitivas (Bresser-Pereira, 2024).

A microeconomia do Novo Desenvolvimentismo é menos desenvolvida que sua macroeconomia, mas, de acordo com Bresser-Pereira (2024), ela toma como princípios fundamentais o modelo chinês de organização informal da economia em dois setores: competitivos e não-competitivos, ambos controlados pelo Estado, mas em graus diferentes. O setor competitivo seria capaz de vencer internamente e na capacidade de exportação, portanto o Estado assegura a capacidade de acumulação. No setor não competitivo, o Estado entra como coordenador, preferencialmente nacionalizando as grandes empresas dos mercados não competitivos.

Sobre a micro e macroeconomia então, Oreiro (2012) conclui que a autoridade monetária máxima do país em desenvolvimento deve possuir dois instrumentos à disposição, sendo a taxa de juros e a regulação de políticas cambiais, a fim de tirar do controle do Mercado, que não conseguiria regular os preços de maneira eficiente ao desenvolvimento. Sua macroeconomia define como substanciais então, os cinco preços: taxa de juros; taxa de salários; taxa de lucro; taxa de inflação e taxa de câmbio, como instrumentos e indicadores para o incentivo ao desenvolvimento industrial e social.

A macroeconomia do Novo Desenvolvimentismo é fortemente influenciada por Keynes e seu princípio da demanda efetiva. Nesta, o keynesianismo ancora-se na dificuldade das economias subdesenvolvidas em gerar demanda efetiva das classes mais pobres (Keynes, 1936). A geração dessa demanda efetiva, implica na criação de empregos por meio de investimentos de empresários, não para satisfazer a demanda atual, mas em longo-prazo. Mas se o incentivo a investir não for o suficiente para o empresário aumentar os postos de trabalho, dado as políticas de eficiência de capital, através das taxas de juros e riscos, a demanda será menor que a capacidade produtiva, o que leva à estagnação da economia, logo, os fatores que influenciam a demanda agregada, limitam o crescimento econômico.

Em resumo, o desenvolvimento econômico sendo o processo de aumento dos salários reais dos trabalhadores e do padrão de vida da população, é advindo do progresso técnico que provém dos investimentos e da mudança estrutural da economia, através da superação das características de países que caem na armadilha da renda média (Oreiro e da Silva, 2022).

Ancorado neste princípio, o Novo Desenvolvimentismo coloca a determinação da taxa real de câmbio e a taxa de juros como peças fundamentais da construção macroeconômica. Feijo e Araújo (2024, p.4) realizam uma síntese das ideias novo-desenvolvimentistas nesse preço macroeconômico, com destaque para a tendência à sobrevalorização cíclica da taxa de câmbio em países em desenvolvimento.

A sobrevalorização é utilizada como medida populista, para controlar a inflação, conjuntamente do déficit em conta corrente para crescimento econômico através de investimentos diretos estrangeiros, ambas usam a taxa de juros elevada para existirem, pois, a alta taxa de juros atrai capital externo, com o fim de financiar o déficit no balanço de pagamentos, valorizando a moeda. Por fim, a entrada de capital externo que leva a uma apreciação da taxa de juros, o que pode acarretar a competição desleal em setores estratégicos, que leva à uma desindustrialização, uma das heranças do Plano Real para a economia brasileira (Cano, 2012; Oreiro, 2012).

3.3.1 Aspectos ideológicos do Novo Desenvolvimentismo

No aspecto ideológico, Bresser-Pereira (2024) identifica o Novo-Desenvolvimentismo como Nacionalista, de caráter expressamente anti-imperialista. O anti-imperialismo tem base na tese de que, o Norte-Global atua ativamente contra a industrialização do sul e contra a formação de um pensamento nacionalista nos países em desenvolvimento, enquanto os mesmos agem sempre em prol de proteger os interesses do seu capital nacional e de suas empresas multinacionais.

Furtado (1998, p.39) discorre acerca da construção do atual sistema financeiro após a globalização, em que há o avanço das empresas transnacionais e a ligação entre os mercados financeiros internacionalmente, países como o Brasil possuem dificuldade em manter o dinamismo próprio da geração de crescimento, tecnologia e informação, visto que a lógica das políticas internacionais opera em desacordo com os objetivos dos países em desenvolvimento. Então, a mundialização do capital na nova divisão internacional do trabalho e a financeirização dos mercados, coloca as economias em desenvolvimento na posição de subordinação, exportadores de commodities, sofrem com a assimetria financeira do ciclo de liquidez internacional e ficam limitadas quanto ao uso dos preços macroeconômicos para estabilização da demanda agregada interna (Feijo e Araújo, 2024, p.7)

3.3.2 Taxa de Câmbio no Novo Desenvolvimentismo

Ainda sobre a taxa de câmbio, esta deve estar em um equilíbrio definido, para garantir a competitividade dos mercados nacionais capazes de exportar e competir internamente. Portanto, Bresser-Pereira, Carmem Feijo e Cristina Araújo (2024) buscam definir a taxa de câmbio equilibrada, que está conectada ao gerenciamento do balanço de pagamentos de um país.

Para o Novo Desenvolvimentismo, um país está em equilíbrio quando a conta corrente é zero, ou seja, perfeito balanço entre compras e pagamentos externos, rejeitando assim a proposta de considerar a taxa de câmbio equilibrada enquanto a mesma estiver sustentável mesmo a partir das circunstâncias exógenas, mesmo que signifique que as indústrias internas de alta-tecnologia não consigam competir. Logo, admitindo a quase-impossibilidade de se prever a taxa de câmbio, a definição de 4 variáveis que os Estados devem estar atentos são: as variações em termos de troca e os diferenciais em taxas de juros; o valor do dinheiro do exterior associado ao comparativo do valor do trabalho com os fluxos de capitais associados à política de conta corrente do país (Bresser-Pereira et al. 2025).

3.3.3 Taxa de Juros no Novo Desenvolvimentismo

No que tange à definição da taxa de juros para o desenvolvimentismo, Bresser-Pereira et. al (2025) a determina como parte que constitui a definição da taxa de câmbio real ideal. Em países em desenvolvimento, a taxa de juros muitas vezes é mais alta do que o risco-país atrelado à economia emergente. Através da atração de capital estrangeiro, políticos podem controlar no curto prazo a inflação como âncora (Bresser-Pereira, 2025). A partir dessa constatação, o estudo da taxa de câmbio em que uma economia opera é crucial para entender o funcionamento de um Estado, visto que mudanças nas taxas de juros e as variações nos termos de troca afetam por meio de políticas econômicas a oferta e a demanda dos produtos nos mercados internos e externos, os motores da economia (Bresser-Pereira, et al. 2025).

Oreiro e da Silva (2022, p.10) então busca estudar o que seria a taxa de juros ideal para o impulsionamento do crescimento econômico e do investimento. Como as altas taxas de juros afetam os termos de troca através da apreciação da taxa de câmbio, e são capazes de alterar a quantidade de investimentos realizados pela indústria pelo maior custo de empréstimos, baixas taxas de juros no curto-prazo são necessárias para o resumo do crescimento (Oreiro e da Silva, 2022, p.10).

Por fim, segundo Bresser-Pereira (2025): “a taxa de juros baixa e a taxa de câmbio competitiva foram essenciais para o desenvolvimento e para o processo de *catching up* dos países do leste

asiático. Além de servir também como fonte de explicação para a armadilha da renda média, também conhecida como armadilha da liberalização, e o processo de desindustrialização de economias e mercados emergentes.

3.3.4 Balanço de Pagamentos e Crescimento para o Novo Desenvolvimentismo

Por conseguinte, o crescimento para o Novo Desenvolvimentismo segue na tentativa de superar a tese de crescimento através da dívida externa, para evitar a estagnação causada pelas políticas cambiais populistas que aumentam artificialmente o poder de compra do salário. Por isso, para Oreiro (2019; 2020), além das taxas de câmbio competitivas, devem ser implementadas políticas industriais, científicas e de comércio exterior para reduzir a distância tecnológica das indústrias e setores estratégicos; garantir condições de crescimento para indústrias domésticas, a partir de tarifas de importação temporalmente limitadas. Consequentemente, as baixas taxas de juros devem se tornar objetivos políticos juntamente das taxas de câmbio flutuantes competitivas, para evitar a formação e fortalecimento de uma classe rentista, como no caso da China e a Alemanha, que segue políticas de superávit em conta corrente e hoje crescem mais que os EUA anualmente (Bresser-Pereira, 2024).

Para os Estados Unidos, a política de déficit em conta corrente segue vantajosa, pelo fato de tomarem empréstimos em dólar e serem eles mesmos os detentores da moeda de reserva mundial. Nessa conjuntura, os países em desenvolvimento podem realizar manejos dos preços macroeconômicos por meios internos e do comércio exterior. Com o fim de alcançar tecnologicamente a capacidade industrial dos países desenvolvidos, a partir de incentivos do Estado ao lado da iniciativa privada, como foi realizado por países como China, Índia e Japão (Oreiro, 2019, p.4).

Segundo Oreiro (2023), para a teoria Novo Desenvolvimentista, o crescimento econômico de longo prazo depende diretamente do crescimento das exportações de uma economia, em que, se a taxa de câmbio está alinhada com o equilíbrio industrial, então o crescimento será sustentável independente de qualquer restrição ao balanço de pagamentos. Mas que pode ser suscetível à doença holandesa, sua reprimarização das exportações e desindustrialização do mercado doméstico (Oreiro, 2023).

O modelo de doença holandesa do Novo Desenvolvimentismo é diferente do original formado por pesquisadores holandeses, e é de suma importância para entender o processo de desindustrialização em países exportadores de commodities e economias em desenvolvimento.

Bresser-Pereira (2008; 2024) define que a exportação abundante de produtos baratos (commodities) leva a uma sobrevalorização da taxa de câmbio, que levando em conta o déficit em conta corrente, leva à perda de competitividade das indústrias nacionais frente às multinacionais. Neste contexto, a restrição ao balanço comercial seria forte de maneira que o crescimento em longo prazo iria ser limitado pela apreciação da taxa de câmbio decorrente, induzindo à redução do incentivo ao investimento (Oreiro, 2023)

Sua neutralização seria o estabelecimento de tarifas de importação variáveis, a depender do produto ou serviço, com o fim de financiar um fundo nacional soberano e estabilizar as contas fiscais do país. Países latino-americanos neutralizam a doença holandesa em 1980 através de projetos nacionais de industrialização e substituição de importações, mas, influenciados pelas políticas neoliberais, passaram pelo processo de desindustrialização (Bresser-Pereira, 2024).

Fleider e Oliveira (2024), ampliam o estudo de uma das estratégias chinesas que inspiram Bresser-Pereira e outros economistas do novo-desenvolvimentismo, os Planos Quinquenais, exemplos de planejamento estatal em médio-longo prazo. Mas neste âmbito, salientam que a realização de planejamento em países desenvolvidos e em desenvolvimento diferem largamente, pois encontram dificuldades nos segundos nas questões técnicas, financeiras e culturais, centrais para a implementação de projetos nacionais deste porte.

Assim os países em desenvolvimento, segundo Bresser Pereira (2024) seguem as mesmas políticas de altas taxas de juros e crescimento por meio da dívida externa por essencialmente dois motivos: populismo eleitoral, para garantir a força da classe rentista e da população por meio da valorização artificial dos salários e dividendos, e pela cartilha das organizações internacionais financeiras que surgiram de Bretton Woods.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que, após o consenso de Washington de 1989, impulsionaram o movimento da ortodoxia liberal de abertura dos mercados e financeirização das economias emergentes. Com o fim de possibilitar na Nova Divisão Internacional do Trabalho, que os Estados do Norte Global e suas multinacionais, exportar seus produtos e serviços e minar o poder de influência dos Estados produtores de commodities na economia, fortalecendo os países ricos e suas instituições (Chesnais, 1996, p.261).

3.3.5 Por quê Novo Desenvolvimentismo e BRICS?

A partir das informações supracitadas, é possível utilizar deste arcabouço teórico para analisar as políticas desenvolvidas pelo grupo heterogêneo composto por Brasil, Rússia, Índia e China. Segundo Renato Baumann (2015): “países com trajetórias históricas muito diversas, com interesses aparentemente distintos e estruturas produtivas diferenciadas” mas não obstante, segundo o então vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento Paulo Nogueira Batista Jr (2016), o grupo tem em sua formação países em desenvolvimento e desenvolvidos, todos fazem parte do sul global, e ainda mais, unidos pela insatisfação com as instituições internacionais tradicionais, incentivando o desenvolvimento de instituições e políticas próprias, para incentivar a multilateralização de processos de financiamento mútuos. China e Rússia, em diferentes políticas internas e externas adotadas, incentivam a desdolarização da economia mundial, para tornar o sistema econômico mais independente do sistema hegemônico nascido após o Consenso de Washington (Saaida, 2023).

Políticas como a ação chinesa em negociar contratos futuros de petróleo em petro-yuans; Rússia implementando acordos bilaterais em moeda local; a consolidação dos BRICS, dos seus grupos correlatos e da instituição do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), podem incentivar para o Sul Global, uma proposta monetária de comércio mais independente da conjuntura atual (Metri, 2020). O NDB por exemplo, em sua estratégia pretende aumentar gradualmente os empréstimos em moeda local, com o fim de prevenir os beneficiários dos seus investimentos ou financiamentos de mudanças no câmbio e tarifas (Novo Banco de Desenvolvimento, 2022).

Esta instituição que, apesar não ser diametralmente oposta ao FMI ou ao Banco Mundial, é uma forma de agilizar processos de investimento e cooperação Sul-Sul, por não necessitar de seus beneficiários a adoção de uma cartilha econômico-política, e dá mais poder de decisão para os países que pertencem ao bloco dos BRICS, historicamente protestantes pela maior representação nas instituições de Bretton Woods e no G20, sem muito sucesso (Caixeta et al, 2024).

A revisão bibliográfica do Novo Desenvolvimentismo será substancial para a análise documental de políticas, declarações e súmulas, por meio da definição de blocos temáticos e políticas adotadas. Para assim, utilizar os resultados obtidos da análise e relacionar o discurso da teoria com os discursos do BRICS+, avaliando se há uma visão Novo Desenvolvimentista para a economia dos países fundadores, parceiros e beneficiários do Novo Banco de Desenvolvimento. Para Arnold (2024, tradução nossa): “Reduzindo a dependência no dólar americano, esses países podem se proteger de choques financeiros externos e políticas que não se alinham com seus objetivos de desenvolvimento”.

Visto que, à luz de Ordóñez e Sánchez (2017), países que passaram por períodos de tentativa de emplacar um renovado modelo de desenvolvimento econômico, instauraram em suas políticas externas maior alinhamento à multipolaridade com foco no bloco dos BRICS, em contraste com a política econômica externa hegemônica dos Estados Unidos, que passou pela crise neoliberal de 2008.

No mesmo sentido, Luiz Gonzaga Belluzzo (2023), célebre economista brasileiro, afirma em entrevista que o movimento dos BRICS de mudar os métodos em que ocorre as transações econômicas através de *green bonds* entre os países já é um efeito do descontentamento dos países em desenvolvimento com a vigente hegemonia do dólar no comércio e a incapacidade das organizações tradicionais em promover o desenvolvimento, melhores condições de vida e agilidade nas questões climáticas e sociais. Concomitantemente, Bresser-Pereira (2024) dedica um capítulo inteiro para a visão do Novo Desenvolvimentismo acerca do desenvolvimento social e verde, e o distingue do desenvolvimento econômico e produtivo, que serve como meio para alcançar os outros objetivos, com ênfase da qualidade de vida, equidade e liberdade.

3.3.6 Novo Desenvolvimentismo e o Meio Ambiente

Sobre o aspecto ecológico, no documento de trabalho *Environmental Sustainability and the Economic Complexity: Policy Implications for a New Developmentalism Strategy* (Teixeira et al, 2023), estabelecem uma base para pensar o desenvolvimento sustentável dentro da estratégia Novo Desenvolvimentista. Para Teixeira et al (2023, p.11-14) o crescimento de uma economia não está necessariamente atrelado ao maior uso de recursos naturais e degradação do meio ambiente, e que se, o desenvolvimento estiver associado a investimentos setoriais de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias e métodos de produção mais limpos no presente, pode garantir às futuras gerações suas preferências e necessidades. Por conseguinte, para alcançar estes objetivos, seria necessário a utilização de uma estratégia nacional eco desenvolvimentista.

Esta estratégia é desenvolvida por Guarini e Oreiro (2022, p.247-248), para impulsionar setores mais ecologicamente eficientes, com o fim de possibilitar sua competição para exportação e assim, incentivando a industrialização. impulsionar o crescimento dos mercados de carbono para financiamento destas atividades; e uma série de medidas regulatórias, fiscais, industriais e de comércio, como a taxa de câmbio, para evitar sintomas da doença holandesa, que somente são capazes de serem articuladas pelo Estado, em um pacote conhecido como o Green New Deal (Teixeira et al, 2023, p.20)

Em seguida, Oriol e Martins (2023), em uma análise de conteúdo produzida sobre a teoria, os pontos que necessitam ser mais explorados na teoria do Novo Desenvolvimentismo são os temas ecológicos, sociais, e o papel da teoria no desenvolvimento do Sul Global. Com fim, o presente trabalho busca associar as políticas propostas pelo BRICS e o Novo Banco de Desenvolvimento, com o programa de desenvolvimento proposto pelo Novo-Desenvolvimentismo. As políticas anticíclicas adotadas pela coalizão possuem relação a ser analisada com a proposta Novo Desenvolvimentista como o incentivo de setores industriais estratégicos; participação de bancos estatais e manutenção dos preços de commodities no mercado interno (Nascimento, 2019 p.70).

Bresser-Pereira (2024, p.264-268), em consonância, argumenta que o Novo Desenvolvimentismo declara o desenvolvimento econômico como a principal via para atingir a proteção do meio-ambiente, aumento da produtividade e do bem-estar social; e que estes são atingidos através de investimentos massivos em tecnologias sustentáveis, financiados por impostos sobre atividades econômicas e mercados de carbono.

No campo internacional, Shahrukh Rafi Khan (2007) faz um estudo acerca do distanciamento dos países de baixa e média renda dentro das instituições econômicas internacionais, a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial e o FMI. Estes países teriam dificuldades em se industrializar pelo seguinte motivo: ao fim da Rodada de Doha da OMC, em 1994, conquistaram altos tetos de tarifas aplicáveis aos produtos importados, porém, foram pressionados a abrir seus mercados como parte das políticas de concessão de empréstimo do FMI, para financiar ou subsidiar os déficits no balanço comercial ou déficits orçamentários (Khan, 2007, p.9). Ao fim, conclui que além dessa limitação quanto à dificuldade de negociação de tarifas, as organizações citadas não provêm salvaguardas para países de baixa e média renda expandir seus projetos de industrialização. Assim, espaços para formação e auxílio de políticas industriais do Sul Global se tornam uma demanda imediata.

4. BRICS

4.1 Contexto Mundial e histórico.

A construção do grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia e China) está inserida de maneira incontestável em um contexto particular no sistema internacional. Seu surgimento oficial em 2009 está conectado a um histórico político-econômico particular, que Immanuel Wallerstein e Michael Cox foram capazes de colocar contrapontos contundentes acerca da emergência de novas alternativas ao sistema internacional, o possível declínio da hegemonia americana pós-Guerra Fria e a ascensão de atores provindos da periferia do sistema-mundo.

Para Wallerstein (2006), o sistema hegemônico pós-Guerra Fria foi um momento de primazia dos Estados Unidos, capazes de influenciar a direção que a economia, geopolítica e cultura mundial seguiram após aquele período. Entretanto, a impossibilidade de controlar reações do terceiro mundo, como a invasão Chinesa de Xangai, a revolução cubana e a independência do Vietnã foram baques ideológicos firmes em uma América que crescia econômica e politicamente, assim, com o rápido crescimento da Europa e do Japão que foram arrasados pela Segunda Guerra começou a arrasar uma América que começou a ser drenada pela derrota política e bélica na Guerra do Vietnã.

Segundo Wallerstein (2006) ainda, o enfraquecimento político dos Estados Unidos principalmente após a invasão do Iraque, concluiu com o enfraquecimento do neoliberalismo disseminado pelo Consenso de Washington, Banco Mundial e o Fórum econômico de Davos, logo, o Brasil se junta à países da periferia do sistema-mundo como Índia, Argentina, China, Rússia e Japão para as negociações do G20 e impede a evolução de acordos como a *Free Trade Agreement of the Americas* e as negociações sobre patentes e propriedades intelectuais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Por fim, Wallerstein (2006) finaliza com o cenário de enfraquecimento do dólar americano em um sistema multilateral de comércio, e a possibilidade das regiões da América do Sul e demais regiões da periferia emergirem, pelo descontento com o resultado das medidas neoliberalizantes em suas economias afetadas pelos choques externos e crises no balanço de pagamentos, e a desindustrialização resultante, como fontes de força interna e externa para promover uma mudança no sistema internacional.

Para Michael Cox (2012), no entanto, o conjunto dos fatores citados anteriormente pode não significar uma mudança na balança de poder mundial, e sim um período de superioridade

momentânea da China, que assim como o Japão no começo do século 21 era projetada a se tornar a número 1 mundial, mas uma crise financeira a desestabilizou completamente. Assim, seu argumento também perpassa para a fronteira do *soft power* cultural e econômico, onde mesmo com os baques, o Ocidente liderado pelos Estados Unidos e seus aliados ainda formam uma barreira substancial, que efetivamente lidera os caminhos da economia, cultura e intelectual mundiais.

4.2 Criação dos BRICS

A origem da instituição está em 2001, após um estudo realizado sobre economias emergentes da Goldman Sachs, que criou o acrônimo BRIC. A primeira reunião formal foi realizada às margens da Assembleia Geral das Nações Unidas em 2006, em Nova Iorque, à nível dos Ministros de Relações Exteriores dos países participantes. Suas ações, anteriormente, estavam concentradas nos âmbitos do G-20, FMI e Banco Mundial, buscando mais representação dos países em desenvolvimento nessas instituições (Brasil, 2025).

Posteriormente, suas ações passaram a englobar mais esferas de cooperação direta e uma crescente institucionalização das atividades. Como por exemplo, a ampliação do grupo, com a entrada da África do Sul em 2011, a criação e atuação do Novo Banco de Desenvolvimento em 2014. E, em 2024, durante a cúpula de Kazan na Rússia, criação dos países parceiros dos BRICS, que hoje engloba 9 países e 11 países membros. Sua primeira declaração conjunta, após a primeira reunião formal dos Chefes de Estado em Ekaterinburgo, na Rússia em 2009 expõe suas bases:

“Estamos comprometidos com o avanço das reformas financeiras internacionais, cujos diretores e executivos devem ser indicados por intermédio de processo aberto, transparente e com base no mérito. Acreditamos, também, na necessidade de um sistema monetário internacional estável, confiável e mais diversificado.” (BRICS, 2009, p.2).

Outros compromissos firmados foram: a importância do papel do multilateralismo, contra o protecionismo econômico, implementação do desenvolvimento sustentável, auxílio dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento por alívio de dívidas, acesso a mercados e transferência de tecnologia (Damico, 2015).

O grupo então surge nesse contexto de crescente globalização neoliberal, que, como atestado por Bresser-Pereira (2006, p.10), é baseado na competição econômica entre os Estados-Nação por meio de suas empresas. Diversos pesquisadores se dedicaram a fazer análises da instituição sob variados pretextos, pelo seu caráter renovador no sistema internacional. Este que, introduz uma nova forma de fazer cooperação e desenvolvimento sustentável, sem necessariamente

desafiar o *status-quo* econômico mundial. Algumas linhas de estudo definem os países do BRICS como um modelo de capitalismo de Estado remodelado (McNally, 2013, p. 2); como uma alternativa ao sistema financeiro ocidental (Pennaforte et al, 2022); ou sobre um dos maiores focos do grupo, o desenvolvimento sustentável ambiental e cooperação tecnológico.

A partir da análise de Stephen (2014, p.14), algumas características do grupo seria que as economias dos países são mais organizadas e estatizadas que as do capitalismo tradicional do centro. Christopher A. McNally (2013, p. 2-3), argumenta que, Brasil, Rússia, Índia e China fazem parte desse novo modelo de capitalismo remodelado, uma frente à ordem neoliberal global. Suas características seriam: participação do Estado na economia por motivos não-ideológicos, ou seja, por pragmatismo político e econômico; forças produtivas privadas externas e internas; economias conectadas profundamente com o sistema de comércio exterior; e setores da economia guiados e administrados pelo Estado. Dessa forma, o modelo de desenvolvimento adotado pelos países do BRICS, mesmo com suas diferenças, suas semelhanças são estruturadas de maneira que desafia por dentro o mundo que emerge do Consenso de Washington.

Desta maneira, parte das preocupações dos BRICS que serão analisadas serão: o intervencionismo em políticas de exportação a partir de políticas monetárias e incentivos à industrialização; criação de instituições financeiras concedentes de crédito que não exigem cortes sociais ou privatizações; integração dos grandes empresários de cada país para participar das reuniões e propor políticas; preocupação com políticas cambiais voláteis e desregularizadas que afetam os balanços de pagamentos; necessidade de investimentos em infraestrutura; e industrialização em países emergentes (Caixeta et al, 2024, p.6; Damico, 2015, p. 61-64; K. Gray e B.K Gills, 2016, p.561; Pennaforte et.al, 2022, p.4).

Estes temas foram implementados ao longo das cúpulas anuais de 2009 a 2025, sendo elas: Ekaterinburgo, Brasília, Sanya, Nova Déli, Durban, Fortaleza, Ufa, Goa, Xiamen, Joanesburgo, Brasília, três virtuais em decorrência da pandemia de COVID-19, Kazan e Rio de Janeiro. Nas declarações conjuntas de 2009 e 2010, BRICS propôs maior poder de influência do G-20, âmbito mais plural e diversificado para a discussão de temas econômicos globais. Em Fortaleza, 2014, por iniciativa do governo indiano, começam as discussões para a criação de um Banco de Desenvolvimento do bloco (BRICS, 2025).

A coordenação de políticas e estratégias econômicas da coalizão cresce mais a partir da criação do Novo Banco de Desenvolvimento na cúpula de Fortaleza (2014), que tem sua sede em

Shanghai. Possui sua presidência rotativa entre os países membros na estrutura de votação, os cinco países possuem iguais direitos de voto (Acordo do Novo Banco de Desenvolvimento, 2014). Sua ação é focada em investimentos em infraestrutura e desenvolvimento em países emergentes, e mais recentemente realiza parcerias público-privadas. Outra medida notável da cúpula de Fortaleza foi o Arranjo Contingente de Reservas (ACR), um sistema no caso de crises no balanço de pagamentos nos países membros, que em 2015 já contava com uma reserva de 100 bilhões de dólares (Acordo do Novo Banco de Desenvolvimento, 2014).

Ambas as medidas não apresentam uma ruptura com as instituições monetárias tradicionais, e sim, de complementaridade (Damico, 2015). Entretanto, a criação do Novo Banco de Desenvolvimento tem na sua gênese, ligação direta com o atraso nas reformas destas instituições, para incluir maiores direitos de voto para países em desenvolvimento, no FMI e no Banco Mundial e a escassez de recursos destinados a obras de infraestrutura e perigos relacionados à volatilidade financeira internacional. Mais recentemente, passa por alterações, desde as declarações de líderes de Estados até os debates acadêmicos, já se fala do bloco como uma alternativa ao sistema monetário vigente.

Não mais uma complementação entre as instituições e sim embates econômicos e ideológicos diretos, a partir do crescimento da atuação do Novo Banco de Desenvolvimento e seu protagonismo no processo de desdolarização da economia mundial. (Caixeta et al, 2024).

No entanto, também há a parcela cautelosa nas afirmações, que acreditam que as políticas adotadas são movimentos naturais do bloco, dado a natureza volátil da política internacional atual que assola os Estados Unidos e o Norte Global.

Logo, o bloco e a instituição estariam apenas seguindo o fluxo de suprir as demandas de financiamento do Sul Global sem a necessidade de embate direto, apenas criando um meio de interdependência em um bloco de eixo diferente.

Agora, será realizada a análise de cada ciclo de Cúpulas dos BRICS, como método empregado por Kirton e Larionova (2022) para compreender de maneira clara a evolução das dinâmicas do grupo.

Os ciclos possuem objetivos e características específicas. O primeiro ciclo é caracterizado como: definindo prioridades, construindo instituições, agendas e prioridades; Segundo Ciclo: Unidade apesar de tensões e Terceiro Ciclo: Superando os testes da divisão, COVID-19 e Crises induzidas pela pandemia (Kirton e Larionova, 2022)

4.3 Primeiro ciclo de Cúpulas dos BRICS (2008-2013).

Os BRICS (2009, 2010), em suas primeiras declarações conjuntas, levavam em consideração o mundo durante a Crise financeira de 2008. Esta crise afeta não somente os Estados Unidos, epicentro da crise, mas também para Estados menos protegidos economicamente. Ademais, temas atuais foram levantados e que iriam pautar até a atualidade neste documento como: mudanças climáticas, reformas institucionais nas organizações financeiras, paz e desenvolvimento do Sul Global.

O bloco nesse período era incisivo na questão do desbalanceamento entre as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. Possuíam foco na igualdade e inclusão das mesmas pela possibilidade de serem motores para o desenvolvimento internacional no futuro. Pois países estratégicos como Brasil e China, passavam por intensa industrialização e urbanização pelo boom das commodities.

Neste contexto de crescimento dos mercados emergentes, entretanto, o grupo de países declararam a necessidade de reformas no IMF e no âmbito do G20 por 03 anos seguidos, sem sucesso. Cícero Araújo (2024), ao avaliar este momento na perspectiva das democracias latino-americanas, discorre sobre a crise do neoliberalismo da época, que passa a ser questionada principalmente pelos países da periferia do sistema internacional. Logo, surgiriam alternativas, uma delas sendo o Novo Desenvolvimentismo, com uma teoria focada na coalizão de classes e mais tensionada à esquerda no espectro político (Araújo, 2024).

Em 2011, na sua terceira Cúpula anual em Genebra, Suíça, lançaram a declaração conjunta dos ministros da economia e do comércio. Neste documento, áreas mais específicas do direcionamento político econômico do bloco são apresentadas, com o fim de aprofundar a formação de políticas econômicas mais coordenadas intrabloco e com países em desenvolvimento parceiros, como um conjunto para o crescimento de políticas Sul-Sul (BRICS, 2011).

O documento abertamente faz a crítica a políticas protecionistas dos países desenvolvidos que são direcionados principalmente ao setor agro econômico, que prejudica diretamente países em desenvolvimento, mas, ao mesmo tempo, defende que políticas protecionistas são necessárias para países em desenvolvimento se usadas de maneira consistente com o espaço que a Organização Mundial do Comércio prevê para este tipo de política (BRICS, 2011).

O agrupamento em sua quarta declaração conjunta (2012) lidava com os efeitos das medidas agressivas que os mercados desenvolvidos adotaram para lidar com a crise de 2008, denominada de *Quantitative Easing* (QE):

“Além disso, a liquidez excessiva proveniente das ações políticas agressivas tomadas pelos bancos centrais para estabilizar suas economias nacionais tem se espalhado para as economias de mercados emergentes, fomentando uma volatilidade excessiva nos fluxos de capital e nos preços das commodities.” (BRICS, 2012, tradução nossa).

Quantitative Easing pode ser definida como uma Política Econômica Não-Convencional, adotada após a crise financeira de 2008 e durante a pandemia de covid-19, e é definida pela compra de títulos da dívida pública em massa pelos governos, adotada pelo *Federal Reserve* americano, por Londres, Japão e União Europeia (Barroso et. al, 2013). Seus efeitos nos países que a adotaram nesse momento diversificavam-se em: reaquecimento econômico, a partir do aumento de investimento em setores mais arriscados como ações; baixíssimas taxas de juros; e evitar que a população segure seu dinheiro em títulos de longuíssimo prazo, ruim para a economia em contextos de crise (Barroso et. al, 2013).

A partir dessa definição, o debate sobre seus efeitos multiplicativos em países de economia emergente são motivo de discussões, no mesmo momento que o reaquecimento econômico pode influenciar no aumento da entrada de reservas internacionais que ajudam a reaquecer a economia.

Esse efeito de maneira sem controle no momento que ocorreu, pode também levar à apreciação forçada das taxas de câmbio, afetando diretamente as exportações, essenciais no período para manter as economias emergentes fora do ciclo mundial de Crise (Barroso et. al, 2013).

Portanto, como apontado por Luiz Awazu Pereira da Silva (2013), os países emergentes, como o Brasil, recorreram a taxas em cima de capital estrangeiro investidor, mas políticas como essa podem ter efeitos negativos pela quebra de confiança do investidor estrangeiro para com a política econômica destes países.

Portanto, a inicial proposta dos BRICS neste momento se tratava de uma urgência em trazer para o G20 propostas de criação de um *framework* de coordenação de políticas macro e microeconômicas, para evitar este sentimento difuso entre investidores estrangeiros e o aumento da volatilidade internacional pelo excesso de liquidez. Conforme os BRICS (2012):

“Nesse contexto, acreditamos que o papel primário do G20 como principal fórum para cooperação econômica internacional neste momento é facilitar uma melhor coordenação de políticas macroeconômicas, permitir a recuperação econômica global e garantir a estabilidade financeira, inclusive

por meio de uma arquitetura monetária e financeira internacional aprimorada.
“(BRICS, 2012, tradução nossa)

A formação dessa estrutura, no âmbito do G20, facilitaria a coordenação das políticas macroeconômicas com o fim de possibilitar às economias emergentes o alívio de políticas de controle monetário como as tomadas pelo Brasil (da Silva, 2013). Ainda na declaração de Delhi na Índia (2012), os BRICS criam uma aliança para a definição de políticas cambiais, com o fim de procurar a estabilização da opinião de investidores e alinhar as políticas intrabloco no futuro, também foi aprovada o começo das discussões para o estabelecimento de um Novo Banco de Desenvolvimento, a ser construído a partir de discussões entre as alas econômicas dos países do bloco. Em entrevista, Bresser-Pereira (2020) destaca a importância de medidas como o Quantitative Easing em contextos como a pandemia, para ampliar a liberdade do Banco Central em aumentar os gastos necessários para auxiliar a população tanto no aspecto social quanto econômico, mas que apesar de direções no aumento de gastos terem sido tomadas, o aspecto neoliberal da ala econômica do governo brasileiro anterior evitou prosseguir com a política. Já na declaração conjunta dos Ministros de Comércio dos BRICS (2012), explora o direcionamento político-econômico dos países de maneira incisiva.

O comércio, para o bloco, deve garantir crescimento dos países em relações de ganhos mútuos, através de mercados abertos, entretanto, destacam que somente mercados abertos por si só não fazem mágicas, por isso políticas macroeconômicas e instituições comerciais eficientes são necessárias para investir em crescimento de capital humano, infraestrutura, leis e segurança, e isso seria a base para todos os setores da economia, com flexibilizações necessárias para países em desenvolvimento garantirem ganhos nos seus setores competitivos.

No início da declaração de ethekwin (2013) foi declarada a aprovação para a criação do Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas, para isso, direcionaram os ministros de finanças dos países dos blocos para mobilizar os recursos da construção dessas instituições, com o objetivo de financiar projetos de desenvolvimento, infraestrutura e pesquisa intra e extrabloco nos países em desenvolvimento, com foco no crescimento da multilateralização.

Outros pontos de destaque nesse período é a declaração de importância que o bloco dá às empresas que são propriedade estatal; começo dos trabalhos em busca da expansão da influência no bloco, que iria incrementar os negócios com economias emergentes e países em desenvolvimento; reformas necessárias nas instituições internacionais para levar em

consideração o peso dos BRICS no sistema; e a preocupação com o lento ritmo de reformas no Fundo Monetário Internacional.

4.4 Segundo ciclo de Cúpulas dos BRICS (2014-2018).

Para Adynaer da Silva e Elia Elisa Cia Alves (2019), após seguidas tentativas de emplacar reformas nas instituições mais tradicionais, como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, nasce efetivamente no Brasil, na convenção de Fortaleza (2014), o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS, como uma alternativa para mercados emergentes e países em desenvolvimento buscarem financiamento, além dos países que compõem os BRICS.

A partir desta convenção também é inaugurado o segundo ciclo de comitês dos BRICS, denominado de Crescimento Inclusivo: soluções sustentáveis, em que o banco, juntamente do Arranjo Contingente de Reservas auxiliaria o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis e no manejo de pressões de alta liquidez em curto prazo nos países e economias emergentes (Ramos et al. 2018). Neste sentido, há um alinhamento quanto aos objetivos dos BRICS com a política econômica do Novo-Desenvolvimentismo, pois, segundo Bresser-Pereira (2024), sua teoria econômica é voltada para a implementação de reformas não-neoliberais, que lembrem da participação da educação, ciência, tecnologia, investimento, regulamentação financeira, reformas tributárias e a defesa de empresas e do patrimônio público. Sendo assim, a institucionalização do Novo Banco de Desenvolvimento e a maior integração entre os países do bloco com o fim de implementar a proteção e reforma principalmente da área tributária e financeira, são exemplos de um alinhamento na teoria política e econômica do Novo Desenvolvimentismo e dos BRICS.

Em 2015, ocorre a sétima conferência dos BRICS em Ufá, na Rússia. A declaração conjunta de Ufá aprofundou diversos âmbitos relacionados à parceria econômica estratégica de desenvolvimento entre os países do bloco. No que tange os aspectos macroeconômicos, os BRICS aprofundaram suas relações na construção de um canal de comunicação entre as Agências de Crédito para Exportação dos países do bloco, resistência ao protecionismo direcionado aos mercados emergentes, parcerias de pesquisa tecnológica e no estudo para o uso amplo de moedas locais em comércios intrabloco (BRICS, 2015). Apesar deste plano de fundo, os interesses mais pungentes do Brasil e da Rússia no contexto da reunião estavam centrados na institucionalização do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e seu Arranjo Contingente de Reservas (ACR) (Ramos et al. 2018).

Neste momento, a política interna brasileira estava inserida em um contexto de, para além de escândalos de corrupção, piora do contexto socioeconômico de desigualdades, que desaceleraram o momentum de liderança brasileira no bloco, igualmente, a desaceleração econômica sentida pela China e Rússia, pela queda de preços nas commodities, levou os analistas da época a reavaliarem a capacidade do bloco de propor um novo paradigma no sistema internacional, como um bloco capaz de promover uma reconstrução conservadora da globalização (Kahler, 2016).

Em todos os momentos de ampliação das suas próprias instituições financeiras, o BRICS nunca deixou de ressaltar a importância do G20 e das instituições financeiras tradicionais, apenas incluindo o NDB e o ACR como opções auxiliares dessas instituições clássicas (BRICS, 2015). Esta postura cautelosa se dá principalmente após as sanções americanas à Rússia, e reacende o debate sobre o dólar e sua posição como moeda de comércio principal no mundo. Com sua posição naquele momento no mundo, o BRICS já impunha um certo peso nas negociações no âmbito do G7 (Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, e Reino Unido), principalmente pelo crescimento rápido da economia chinesa (Mosharrafa, 2024, p.576). Outro ponto a ser observado neste momento, é a entrada da agenda 2030, que substitui os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, focada na promoção de bens públicos globais e regionais, e com isso, as Economias em Desenvolvimento e Mercados Emergentes tornaram-se centrais na estratégia de países desenvolvidos e doadores internacionais para a evolução dessa agenda em negociações trilaterais ou multilaterais com países de baixa renda, e a definição dos BRICS como países emergentes durante a década de 2010 atribui responsabilidades complexas de serem gerenciadas, o que dificulta a tomada da coalizão como representantes do Sul Global (Besharati e Esteves, 2015).

Quanto às reformas no âmbito do FMI, apesar das redefinições de cotas para Brasil, China, Índia e Rússia não retirarem o poder de veto dos Estados Unidos, enfrentou dificuldades de aprovação dentro do Congresso Americano e, mesmo com a ratificação em 2015, esse atraso incentivou a procura do grupo às alternativas de *currency swap*, já mirando em uma desdolarização das suas economias (Gray e Gills, p.561, 2015). Neste período também, o preço do petróleo encontrava-se em queda livre, parte por conta da crise na zona do euro e da competição do petróleo de xisto dos Estados Unidos, que afetou as economias principalmente do Brasil e da Rússia (Coelho e Dornelas, 2022).

A conferência de 2016 em Goa, na Índia, foi importante como um ano de ampliação e expansão dos acordos comerciais e financeiros no âmbito do Novo Banco de Desenvolvimento, que

financiou seus primeiros projetos de desenvolvimento sustentável (BRICS, 2016). Neste ano, os BRICS (2016), advertem pela necessidade de maior participação no gerenciamento de políticas macroeconômicas, para ampliar a inclusão de países exportadores de commodities na coordenação da economia mundial, mas também sustentam que a industrialização e o avanço tecnológico sustentável são imprescindíveis para o desenvolvimento. Para Damico (2015), esta coordenação que seria incentivada nas conferências do início da década, seriam para evitar que esses mercados emissores de importantes moedas do sistema monetário como o Euro e o Dólar realizem políticas de expansão monetária sem levar em consideração as consequências dessa emissão de moedas para economias emergentes.

Na declaração dos Ministros de Comércio (BRICS, 2016), fatores que levaram à desaceleração do crescimento global foram o conjunto de choques do petróleo, nas commodities, BREXIT e, principalmente, na volatilidade nos mercados de ações e nas taxas de câmbio.

Já em 2017, houve a 9ª Conferência dos BRICS em Xiamen, na China, sob o lema de “BRICS: Parceria mais forte por um futuro mais brilhante”, em que foram levantados temas essenciais para a compreensão da atual estratégia dos BRICS para o sistema financeiro internacional. O progresso na cooperação intra-bloco neste ano esteve marcado pela assinatura de documentos como o fundo para moedas locais dos BRICS, o plano de ação para a inovação e cooperação (2017-2020), e a criação do sistema de compartilhamento de informações macroeconômicas do Arranjo Contingente de Reservas, que foram consideradas vitórias consideráveis dada a presidência chinesa no mesmo ano em que havia conflitos Índia-China na fronteira de Doklam (Ramos et al, 2018). Os Ministros de Comércio, em sua declaração conjunta, (2017) dão destaque este ano para a importância da facilitação de investimentos internos, pois este seria um motor para o crescimento inclusivo, econômico e sustentável, em um momento de recuperação econômica global, mas que não surtira efeito forte pelo protecionismo praticado na globalização.

Na última edição do segundo ciclo de conferências dos BRICS em 2018, a décima ocorreu na África do Sul, possuiu inesperada resiliência da união do bloco pois, o presidente Ramaphosa não era entusiasta do clube de países como seu predecessor, Zuma, entretanto, as reuniões ocorreram de forma harmoniosa por desejar estabelecer relações com os líderes das nações participantes, com isso, apesar de mudanças significativas dos líderes dos países membros e dificuldades domésticas e exteriores, os BRICS foram capazes de aprofundar suas áreas de cooperação e coordenação multilateral (Kirton e Larionova, p. 7-8, 2022). Pontos de destaque na declaração final dos líderes é o foco na Nova Revolução Industrial, tema de importância na

definição de políticas sustentáveis. Neste tema, os BRICS (2018) criam a Parceria dos BRICS para a Nova Revolução Industrial, com os objetivos de:

Deve aumentar as vantagens comparativas, impulsionar o crescimento econômico, promover a transformação econômica dos países do BRICS, fortalecer a capacidade de produção industrial sustentável, criar redes de parques científicos e incubadoras de empresas de tecnologia e apoiar pequenas e médias empresas em áreas intensivas em tecnologia. (tradução nossa)

Por fim, uma definição importante feita pelos BRICS neste ano foi o reforço do posicionamento do bloco contra decisões unilaterais, que não caberiam mais no cenário multipolar que a política internacional estaria tomando. Esta declaração seria a base do que o grupo estaria pensando em matéria de políticas de curto e médio prazo e estratégias gerais no longo prazo (Rached, 2019).

4.5 Terceiro Ciclo de conferências dos BRICS (2019-Atualmente)

O início do terceiro ciclo de conferências, começa com a presidência do evento sendo brasileira, sendo realizada em Brasília. O presidente brasileiro neste período era Jair Messias Bolsonaro, que possuía como prioridade na sua estratégia de política externa um maior alinhamento com os Estados Unidos e seus ditames para a política internacional. Logo, via-se como improvável uma reunião dos BRICS em que conflitos ideológicos não compromettesse a viabilidade do grupo, visto que no mesmo ano, Bolsonaro tinha cancelado o evento em que líderes de outros países se encontrassem com os líderes dos BRICS, pela recusa dos demais membros em receber Juan Guaidó, ex-Presidente Interino da Venezuela (Stuenkel, 2020).

A declaração final dos líderes dos BRICS avança nos pontos centrais do tema daquele ano: Crescimento econômico para um futuro inovador. Entre eles, está a urgência pela necessidade de reforma do sistema internacional, buscando maior multilateralidade nas decisões no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas, na Organização Mundial do Comércio e no Fundo Monetário Internacional (BRICS, 2019).

Já no contexto dos avanços no tema econômico e comercial, os BRICS (2019), sustentam a importância dos mercados abertos, de maneira justa e equitativa, regulada através de políticas monetárias, fiscais e estruturais que mantenham um crescimento sustentável. Outros pontos de destaque neste tema é o pronunciamento de profundo desapontamento com a 15ª revisão geral de cotas do FMI, que falhou em representar além dos BRICS, outros países e mercados emergente e, por fim, a divulgação de conversas sobre divisas iriam progredir para outras áreas (BRICS, 2019), possivelmente referindo-se para a questão de comércios em moedas locais ou uma moeda conjunta do bloco.

Kirton e Larionova (2022) destacam que, apesar da grande dificuldade acerca dos diferentes alinhamentos ideológicos presentes na Cúpula de 2019, os BRICS mantiveram sua unidade como um bloco que crescia sua institucionalização, e progressivamente estruturava mais braços de parcerias intra e extrabloco. Neste momento havia também notícias e artigos que buscavam, além de compreender a aparente resiliência a diferenças ideológicas do clube de países, avaliar a posição da China no grupo, pois ela apresentava crescimento econômico forte e constante. Este crescimento levou analistas a fazer comentários sobre os BRICS, colocando-os como apenas uma ferramenta chinesa para angariar mercados e que o bloco não teria relevância geopolítica além deste contexto (Albert, 2019; Prinsloo, 2019; Nuruzzaman, 2020).

Entretanto, Mangani (p. 61, 2024) parte para uma leitura não-ocidental, analisando os BRICS como um conjunto foi capaz de criar e promover instituições paralelas às tradicionais organizações ocidentais, e são responsáveis pelo crescimento da multilateralidade no sistema internacional e capazes de prover bens públicos, desenvolvimento sustentável e capacidade de agência para regiões em desenvolvimento no Sul Global. Neste sentido, é possível observar que os países podem não ser completamente alinhados, mas a infraestrutura de parceria econômica e financeira complexa e complementar criada por eles é forte e benéfica o suficiente para sustentar períodos de discordância ideológica.

A 12ª Cúpula anual dos líderes dos BRICS ocorreu de forma remota em 2020, em razão da devastadora pandemia mundial de Covid-19 que começou neste ano. Neste cenário, segundo a declaração conjunta (BRICS, 2020), a delegação russa foi a responsável por incentivar o andamento das reuniões presenciais e online que ocorreram sobre os temas pilares do bloco: segurança, economia, finanças, trocas culturais e de informação.

A súmula da reunião naquele ano urge por, além das reformas no âmbito do CSNU, a necessidade de revitalização do conselho econômico e social das Nações Unidas. Neste mesmo ano, os ministros de comércio dos BRICS divulgaram o documento Estratégia dos BRICS para parceria econômica 2025, que, por meio de decisões não vinculantes, estruturaram um arcabouço de estratégias e planos de ação para diversas áreas econômicas.

Valendo a pena citar no tema do sistema financeiro, o objetivo para evoluir a agenda do Novo Banco de Desenvolvimento para realização de negócios em moedas locais, a cooperação para agilizar métodos de pagamentos dos BRICS, o incentivo para o desenvolvimento de mercados de capital domésticos e a integração entre os administradores de impostos dos países (BRICS, 2020).

Neste período, Vazquez (2020), ao analisar a coalizão durante este ciclo mais atual das cúpulas, encontra nos BRICS uma espécie de “multilateralismo à la carte”, pelo modelo de cooperação construído pelo grupo, independente de julgamentos quanto ao direcionamento da política doméstica. Logo, o que ocorria nas negociações seria a bilateralização dos acordos, que possibilita assim a flexibilização das negociações com o fim de perseguir objetivos comuns de desenvolvimento sustentável e infraestrutura. Doorgapersad (2022) afirma que esta diversificação de estratégias domésticas, demográficas e culturais impactam as negociações, mas, pelos princípios fundamentais estabelecidos pelo grupo, as diferenças servem para reavaliar somente as prioridades daquele momento. Mas que não impedem a procura dos mesmos pelo desenvolvimento em áreas prioritárias e ajuda econômica, industrial e de desenvolvimento sustentável.

Para Caixeta (2022), o século 21 foi tomado pelo crescimento econômico chinês, que desponta como proponente de um “novo modelo” de relações internacionais e econômicas. Através da iniciativa da Nova Rota da Seda, e o fortalecimento das negociações nos BRICS, a China busca integrar o sistema internacional através do investimento estrangeiro direto, impulsionando as economias principalmente asiáticas e africanas, liderando assim os fluxos de investimentos externos entre os países dos BRICS por 60% no período de 2001-2018 (Maryam e Mittal, 2020).

Sob presidência indiana, a 13ª Cúpula dos BRICS, em 2021 ocorreu virtualmente, também devido a pandemia global de Covid-19, mas sua tradição de reuniões ministeriais e o encontro de líderes manteve-se constante e resiliente. As reuniões ministeriais centravam-se na mitigação de efeitos da pandemia, principalmente nos investimentos e na cooperação entre os países do bloco. No documento dos ministros de comércio, *Statement for BRICS Cooperation on the Multilateral Trading System* (BRICS, 2021), os países reiteraram seu direito em definir quaisquer medidas regulatórias necessárias para a proteção dos objetivos de desenvolvimento nacionais, e urgem firmemente por reformas institucionais na OMC, com o fim de preservar a multilateralidade nas negociações internacionais, a necessidade de decisões vinculantes em disputas comerciais e a recuperação do funcionamento normal da organização.

Na declaração conjunta dos líderes (BRICS, 2021), foram apreciadas, além das medidas já citadas, os projetos de integração à cadeia de valor global das micro, pequenas e médias empresas, e que para a construção de uma economia internacional competitiva e geradora de desenvolvimento, estas são necessárias para o crescimento, além da apreciação dos trabalhos do Novo Banco de Desenvolvimento no crescimento do seu *credit rating* no sistema financeiro.

Patrick Bond (2019) em sua análise de adequação das estratégias novo-desenvolvimentistas nos BRICS, argumenta que, em decorrência do surgimento de posturas reacionárias dentro das lideranças de países como o Brasil e Estados Unidos, atrasaram a formação de Estados Desenvolvimentistas e até ressuscitaram o Fundo Monetário Internacional, na tentativa de recuperar a influência das instituições tradicionais. Bresser-Pereira (2024) define o Estado Desenvolvimentista pela tomada de políticas macroeconômicas de impulsionamento da competitividade entre indústrias, regulamento de indústrias não-competitivas ou monopolizadas, e o gerenciamento dos cinco preços macroeconômicos.

À luz dessas considerações, a retomada neste novo ciclo de Cúpulas dos BRICS demonstram um redirecionamento do posicionamento do grupo, que busca integrar seu empresariado de base nas cadeias mundiais de valor, através do envolvimento de, além do Novo Banco de Desenvolvimento, outros bancos multilaterais de desenvolvimento e fundos internacionais de desenvolvimento, a introdução de Bangladesh, Uruguai e dos Emirados Árabes Unidos ao NDB também demonstram uma distensão dos caminhos financeiros ocidentais (Tahir e Burki, 2023; Naidu e De Carvalho, 2025).

Arnold (2024) aponta também avanços nas propostas de desdolarização do sistema financeiro, com o aumento do comércio intrabloco entre Rússia e China crescendo em 36% relativo ao ano passado, e as transações entre ambos ocorrendo por moedas locais no sistema Yuan - Rublos. Além disso, Kondratov (2020) analisa a crescente internacionalização das moedas locais dos BRICS para realizar comércios bilaterais, como por exemplo o uso do Yuan pela China para comércio com os países nas suas fronteiras, Brasil e o uso do real - peso no âmbito do Mercosul, Rússia e o uso dos rublos, e assim por diante.

Ainda de maneira virtual, ocorreu em 2022 sob a presidência chinesa a 14ª Cúpula dos BRICS, com o tema: Promover uma parceria BRICS de alta qualidade e inaugurar uma nova era para o desenvolvimento global. Além de condenações às falhas de gerar reformas nas instituições tradicionais, demonstram preocupação com a ampliação do gap de desenvolvimento existente entre o Norte e o Sul Global, principalmente nas áreas tecnológicas e nas estratégias de recuperação econômica pós-pandemia (BRICS, 2022).

Neste ano, os BRICS chamam atenção para a invasão russa na Ucrânia, e o posicionamento de cada um do grupo quanto ao conflito, rouba a cena para as movimentações nos fóruns internacionais. O posicionamento dos BRICS nas votações em resoluções da ONU seguiu o caminho de abstenções ou contra as medidas impostas contra a Rússia, com ressalvas e voto a

favor em uma delas pelo Brasil, pelo caráter mais alinhado aos Estados Unidos pelo governo Bolsonaro. Com isso, os BRICS em conjunto adotam um posicionamento moderado, condenando as agressões aos direitos humanos ocorridas no conflito e uma preocupação mais forte quanto às sanções econômicas impostas de maneira unilateral, e seus possíveis efeitos para a ordem econômica mundial (BRICS, 2022; 2024; 2025).

Naidu e De Carvalho (2024, p. 14) argumentam que as estruturas decisórias construídas pelos BRICS ao longo da sua formação seguem o princípio de concordar em discordar, abraçando as diferenças internas com o objetivo de decidir de maneira mais branda, mas também mais inclusiva, que os permitem focar em áreas que o consenso seja mais atingível e tenha mais oportunidades de produzir bens públicos para os diversos povos que estão sob os Estados do grupo. Caixeta et al (2024) colabora nessa visão ao apresentar que, para analisar a forma de funcionamento e objetivos dos BRICS, deve-se observar para além das suas instituições e regras, mas também no seu sentido ideacional ideológico, com seus simbolismos e contradições intrínsecas à formação histórico-política do Sul Global.

A 15ª Cúpula dos BRICS em Joanesburgo, África do Sul, começa com o marco do consenso atingido pelos líderes, nos princípios que os guiam, regras, critérios e procedimentos necessários para começar a expansão da coalizão (BRICS, 2023). Esta expansão ocorreria pelo crescente interesse de países fora do eixo ocidental em adentrar o ecossistema BRICS, pelo caráter renovador que o grupo tem no sistema internacional, opondo-se ao unilateralismo e a promoção da promoção do bem comum através do multilateralismo. Neste ano, foram celebrados os crescimentos nos projetos financiados através do Novo Banco de Desenvolvimento e os projetos em comum com a iniciativa chinesa da Nova Rota da Seda, que influenciou a nova política externa brasileira, agora no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela posição da China no balanço comercial e na oportunidade de renascimento do Programa de Aceleração do Crescimento (Caixeta, 2023). Nascido em 2007, este programa visa a maior integração dos setores públicos e privados, e o maior investimento em infraestrutura para incentivar a abertura de fábricas e a geração de empregos.

Para Oliver Stuenkel (2017), a demora nas reformas nas instituições tradicionais do FMI e do Banco Mundial construiu o contexto propício para países e economias emergentes buscarem por instituições financeiras paralelas no Sul Global, como o Novo Banco de Desenvolvimento e o Banco Asiático de Investimento e Infraestrutura. Estas, em suas estruturas, não buscam uma ruptura com o sistema atual, apenas alternativas paralelas.

Durante a 8ª Reunião Anual do Novo Banco de Desenvolvimento, a chegada da nova presidente do banco Dilma Rousseff (2023), afirma em seu discurso o fato de que os BRICS neste momento não seria mais um acrônimo, e sim um nome, que engloba além dos 5 fundadores, todos os atuais e futuros países que se juntaram ao banco. Entretanto, é necessário salientar que esta análise deve ser vista de maneira crítica, pois, como mostra Garcia (2024), em termos de comércio, Brasil, Rússia e África do Sul apesar de possuírem excedente comercial com a China, este é composto da venda de commodities, enquanto a China exporta produtos manufaturados de alta tecnologia, o que apenas muda a centralidade de poder dos Estados Unidos para a China, com o restante dos países na sua periferia.

As cúpulas de 2024 e 2025 aconteceram em Kazan (Rússia) e no Rio de Janeiro (Brasil), respectivamente. Em ambas, as declarações conjuntas seguiram a mesma linha de reestruturação das instituições nascidas do Bretton Woods, por maior representação dos mercados e países emergentes nas cadeiras de liderança das mesmas, justificado pela presença mundial desses Estados e sua importância para o mercado internacional (BRICS, 2024; 2025). Em Kazan, destaca-se o comprometimento em estudar a viabilidade de um sistema independente de pagamentos transnacionais B2B e B2C, onde os países poderão controlar os fluxos comerciais em moeda local (Ntobaki, 2025).

Em análise, Pedro Cafardo (2025), sinaliza a grande posição do bloco no sistema internacional, tendo seus 04 países fundadores um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 60 milhões, maior que do G6 (Estados Unidos, Alemanha, Japão, França, Reino Unido e Itália), e que a expansão do grupo liderada por Índia e China incomoda os Estados Unidos, agora presidido por Trump e seu posicionamento de retomada da posição hegemônica incontestável do país.

5. BRICS E A TEORIA DO NOVO DESENVOLVIMENTO

Entretanto, em momentos de grande turbulência econômica, principalmente após começo do segundo ciclo de cúpulas em 2014, propostas mais diretas para mudanças na economia internacional e ações diretas como a criação do NDB e do ACR abriram espaço para propostas de desenvolvimento mais direcionadas e com aspectos desenvolvimentistas. Como por exemplo, a afirmação durante a Declaração de Goa (2016, tradução nossa) ao afirmarem que: “Nós enfatizamos a importância da industrialização e medidas que promovam desenvolvimento industrial como pilar principal de transformações estruturais”. Conversando com a proposição de desenvolvimento defendida por desenvolvimentistas estruturalistas e novo-desenvolvimentistas (Bresser-Pereira, 2024).

Pela política econômica dos BRICS não se tratar de uma afronta direta ao sistema financeiro liberal internacional em primeiro momento (Caixeta et al, 2024), é natural que as políticas que possuírem aderência ao novo desenvolvimentismo se deem de forma desigual, com avanços e retrocessos, a depender dos líderes envolvidos e do contexto geopolítico mundial.

Patrick Bond (2019) argumenta que, mesmo com as eleições de Donald Trump e Jair Bolsonaro, as ideias Novo Desenvolvimentistas de desenvolvimento financeiro sustentável, os serviços prestados para os Estados que tomam dinheiro emprestados dos BRICS, e a atenção dada para o Estado Nacional e empresas estatais são de suma importância para compreender a direção da coalizão. Para Bond (2019), ainda, o movimento de descolamento da implementação de estratégias Novo Desenvolvimentistas teria ocorrido pelo distanciamento da burguesia empresarial-industrial com as estratégias nacionais de desenvolvimento dos governos populistas.

Abrindo caminho para interesses neoliberais nos governos, sendo necessário uma retomada dos políticos desenvolvimentistas nos países membros para impulsionar o movimento de reconstrução de coalizões entre as classes políticas e industriais (Bond, 2019).

5.1 Inovações no campo dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento

O cenário em que os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, segundo Hogen Wang (2017, p. 113) surgem podem ser divididos em três fases: de 1950 a 1970, durante a era das descolonizações com instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Africano de Desenvolvimento; de 1990 ao começo dos anos 2000, como reação à criação do Banco Europeu de reconstrução e desenvolvimento para o auxílio dos países que antes eram

comunistas; e agora, uma terceira fase se inaugurava, a partir da criação do NDB e do AIIB, que surgem após o começo de uma mudança na balança de poder, formados por países e economias industrializadas e/ou emergentes (Wang, 2017).

Bresser-Pereira e Bechelaine (2019) recordam que, apesar da construção primordialmente baseada no desenvolvimentismo clássico das instituições multilaterais de desenvolvimento que surgiram no pós-Segunda Guerra, estas se tornaram instrumentos do Consenso de Washington para a implementação de reformas neoliberais em países emergentes e em desenvolvimento. Por exemplo, abertura dos mercados, desregulamentação e privatização das economias seriam necessários para que o Fundo Monetário Internacional trouxesse empréstimos através da entrada de dinheiro nas poupanças externas.

Neste contexto, a constituição de novas instituições multilaterais de desenvolvimento tornou-se necessária, visto a dificuldade de certos Estados de se recuperarem dos ajustes estruturais neoliberais implementados pelas instituições tradicionais. Mas estes, apesar de fortemente influenciados por infraestruturas organizacionais chinesas, não se posicionam no sistema internacional como uma coalizão contra hegemônica (Ramos et al, 2018). E assim, destaca-se o maior foco na construção do Novo Banco de Desenvolvimento a partir do Segundo Ciclo de conferências, iniciado em 2014.

Na assinatura da constituição do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reserva na Cúpula dos BRICS em Fortaleza, foram firmados as bases do seu funcionamento: o banco teria o propósito de mobilizar investimentos em infraestrutura e projetos de desenvolvimento sustentável nos países dos BRICS e outros mercados emergentes; auxiliar mercados mais frágeis a sustentar pressões de alta liquidez no comércio internacional e complementa arranjos financeiros internacionais já existentes, buscando cooperar com além de países, mercados, empresas públicas, privadas e organizações não-governamentais (BRICS, 2014).

Wang (2017 p.115) atenta para o fato de que, ao buscarem se especializar em financiamento e montagem de projetos de desenvolvimento em infraestrutura, o NDB complementa a atuação do Banco Mundial, pois o mesmo reduziu sua atuação neste âmbito. Além disso, outros benefícios do surgimento do NDB englobam o maior momentum para reclamações de reformas nas cotas de votação nos bancos tradicionais, ao possuírem igual peso de voto entre os membros, e, também por isso, são mais eficientes e com menos burocracias para conceder empréstimos à países em desenvolvimento (Wang, 2017, p. 115-116).

Ademais, também deixam claro a necessidade de taxaço em jurisdi  es em que atividades econômicas ocorrem, para facilitar o desenvolvimento sustentável e o crescimento econômico (BRICS, 2014). Outro princípio importante do banco a ser mencionado    o de não-condicionalidade para os empréstimos, isto   , a não concordância com a necessidade de aplica  o de medidas políticas para a obten  o de auxílios e empréstimos para o desenvolvimento, e a concordância com o caminho que o país auxiliado escolheu para guiar seu desenvolvimento. Neste mesmo sentido, os BRICS ainda buscam estruturar um ecossistema de bancos multilaterais e regionais de desenvolvimento, ao afirmarem:

Nós gostaríamos de ver um maior esforço global com o fim de financiamento em infraestrutura e investimento através da instrumentalidade de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e Bancos Regionais de Desenvolvimento com recursos adequados (BRICS, 2013, tradu  o nossa)

Além disso, no documento de institui  o do Novo Banco de Desenvolvimento, fica firmado o objetivo da organiza  o, o provimento de empréstimos em moeda local e a sua constitui  o igualitária, com mesmo peso de voto entre os países que o forma (NDB, 2014). Constituindo uma proposta interessante para os Estados e mercados emergentes, visto as práticas implementadas pelo Novo Banco de Desenvolvimento e suas parcerias com bancos regionais de desenvolvimento, fornecendo propostas de cofinanciamento e facilitando os pagamentos em moeda local (Carvalho, Silva e Dias, 2020).

A partir do analisado no capítulo anterior, a amplia  o de escopo do Novo Banco de Desenvolvimento e sua atua  o mais estruturada com o objetivo de propor mudanças estruturais no campo financeiro internacional, iniciaram-se durante o atual terceiro ciclo. Com falas sobre uma moeda comum, integra  o econômica e sistemas de pagamento independentes, e grupos de trabalho de nível ministerial e técnicos diversos sobre governança digital, sustentabilidade e direitos humanos (Casella, 2025).

Bresser-Pereira e Gala (2010), mostram que o receituário neoliberal de crescimento econômico através da poupança externa, expõe suas economias a choques externos; sobrevaloriza  o da taxa de câmbio e crises no balanço de pagamentos, que resultam na quase-estagna  o. O influxo de capital proveniente da poupança externa e a sobrevaloriza  o decorrente, causam a aprecia  o artificial da moeda local e perda da competitividade dos mercados internos (Bresser-Pereira e Bechelaine, 2019).

Entretanto, como aponta José Luís Oreiro (2019), a implementação do novo desenvolvimentismo não se baseia somente em uma taxa de câmbio competitiva, pelo fato das indústrias dos países em desenvolvimento não trabalharem no Estado da Arte tecnológico, logo, é necessário políticas complementares de desenvolvimento na educação, tecnológico e de comércio exterior. Por isso, Bresser-Pereira e Bechelaine (2019) apontam a importância para o sistema internacional, as iniciativas como o do Novo Banco de Desenvolvimento e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, para flexibilizar e proteger esses mercados dos choques externos através do financiamento em moeda local, e o incentivo à políticas Novo Desenvolvimentistas de investimentos através da dívida pública, com o auxílio para reformas nos sistemas nacionais de impostos e ampliação de políticas de base para a população e indústrias de base.

Entretanto, é necessário observar a realidade de algumas proposições e que visões críticas se formam também acerca das instituições dos BRICS. Pois, como afirma Patrick Bond (2019), o Novo Banco de Desenvolvimento estaria no caminho de se tornar apenas mais um Banco ao lado do IMF e do Banco Mundial, pelo financiamento às companhias notoriamente corruptas na África do Sul e a falta de apoio dado ao Banco do Sul, uma alternativa de financiamento concretamente mais desafiadora às instituições do Consenso de Washington.

Com fim, o provimento de financiamentos em moeda local sinaliza uma congruência entre políticas econômica incentivadas pelos BRICS, suas instituições e o Novo Desenvolvimentismo.

Por conseguir neutralizar aspectos negativos da doença holandesa, através do incentivo ao investimento em indústrias de tecnologia sustentável, infraestrutura, e a proteção de nações emergentes à choques externos através do financiamento em moeda local. Auxiliam o tratamento da taxa de câmbio; um dos mais importantes preços macroeconômicos (Bresser-Pereira, 2024).

5.2 Indicadores e políticas Macroeconômicas

A análise dos indicadores macroeconômicos é fundamental para a análise da congruência entre a teoria Novo Desenvolvimentista e o direcionamento geral que os BRICS seguem, visto que durante suas declarações, deixam claro a cooperação entre seus bancos nacionais de desenvolvimento e bancos centrais para a formulação e alinhamento de políticas econômicas (Silva e Almeida, 2022).

Durante a Cúpula de Ufá, os BRICS (2015) declararam naquele momento, o alto endividamento público, desemprego, baixos níveis de comércio e investimentos, e taxas de juros negativas com inflação baixa prolongada por países em desenvolvimento. Neste sentido, na mesma cúpula (BRICS, 2015), o grupo é enfático ao afirmar que regulamentações justas e eficientes são essenciais para garantir um crescimento robusto e inclusivo, em resposta à instabilidade causada pelo *Quantitative Easing* aplicado pelos países desenvolvidos.

Com isso, no contexto do Novo Desenvolvimentismo (Bresser-Pereira, 2020), políticas econômicas não-convencionais são medidas bem-vistas, por possibilitar maior liberdade dos Bancos Centrais em promover investimentos internos, ao mesmo tempo em que se livram da dívida pública através da compra dos títulos e promovem o Banco Central como financiadores do desenvolvimento do Estado. Sendo assim, os BRICS ao pensarem em uma regulação abrangente, que inclua nestes também as políticas não-convencionais, pensa em uma estratégia macroeconômica benéfica para a proteção dos países e mercados emergentes, mas não necessariamente em uma reprimenda à referida política econômica.

Quanto ao alto endividamento público e o uso de taxas de juros reais negativas como métodos de incentivo ao consumo em países desenvolvidos, criticada pelos BRICS (BRICS, 2015), o Novo Desenvolvimentismo prevê o uso destes mecanismos em países emergentes como meios de superar a desindustrialização causada pelo método de crescimento através de capital externo; uma das causas da armadilha da renda média e da doença holandesa (Oreiro, 2022). Para Bresser-Pereira (2024), os países desenvolvidos incorreram em medidas tais pela necessidade de incentivar o consumo para aumento das taxas de lucro, e no caso dos EUA, para financiar as aquisições bancárias.

Por isso, para o ND, o uso recorrente de dívida pública é uma ferramenta perigosa, pois o déficit crônico afeta as taxas de juros e de câmbio, logo, não se fala no ND em austeridade fiscal e sim em responsabilidade fiscal (Bresser-Pereira, 2024). Já sobre a taxa de juros real negativa, esta se tornou instrumento financeiro de países ricos pois, pela taxa de juros real se basear no risco-país, possibilita organizações com baixo risco de não-pagamento possa atrair empréstimos a taxas mais baixas que países com alto risco (Bresser-Pereira, 2024).

Torna-se necessário, portanto, a avaliação dos preços macroeconômicos dos países que compõem os BRICS, a fim de contribuir para a análise da consonância entre a teoria ND e o praticado pelos países, que precisam se adaptar à realidade econômica do sistema internacional constantemente.

Em estudos sobre as variáveis macroeconômicas, Berisha, Gupta e Meszaros (2020) através de métodos quantitativos do período de 2001 a 2015, chegaram à conclusão de que a inflação, altas taxas de juros e crescimento de renda má distribuída, foram responsáveis por significativo avanço da desigualdade econômica nos países que compõem os BRICS. Além disso, fica nítida a necessidade de coordenação entre os governos e seus bancos centrais e de desenvolvimento, acerca das medidas a serem tomadas para estabilização macroeconômica, pois, o fator da redistribuição da renda deve ser considerado, mesmo ao aplicar baixas taxas de juros como meio de incentivo à investimentos (Berisha, Gupta e Meszaros, 2020).

Em análise, Coelho e Dornelas (2022) verificam variáveis de desenvolvimento nos períodos de 2011 a 2020, com o fim de verificar o crescimento de estratégias macroeconômicas conjuntas em congruência com a teoria clássica desenvolvimentista de Prebisch, logo, são estudadas a taxa de crescimento do PIB; taxa de investimento; taxa de juros; taxa de inflação e o balanço de pagamentos dos países do bloco, todas variáveis importantes para o desenvolvimentismo clássico

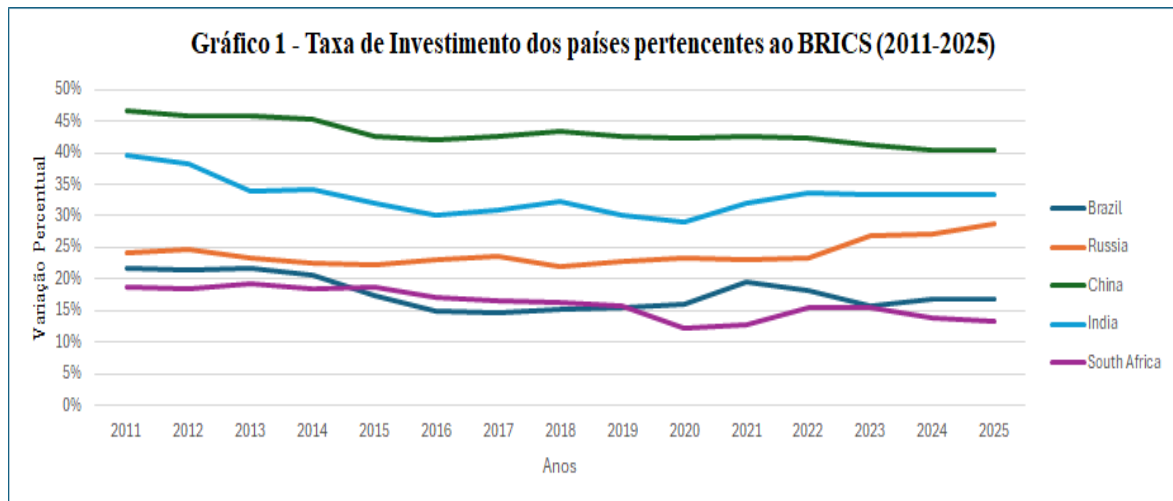
5.2.1 Taxa de investimento:

A taxa de investimento pode ser definida como a participação total do investimento, pelo total do que foi produzido por um país. Para a teoria Novo Desenvolvimentista, é a principal variável para o crescimento econômico, pois, sendo definida através da taxa de lucro esperada, define o quanto um país está apto a incentivar o investimento em novos negócios e tecnologias (Bresser-Pereira, 2024).

No que tange os investimentos, a coalizão composta por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, aponta a importância do incentivo ao investimento estrangeiro direto de longo prazo para o desenvolvimento (BRICS, 2009). Em cúpulas posteriores, o grupo, mesmo que incipientemente, via a importância destes investimentos serem realizados em moeda local através de cooperações monetárias para o crescimento do setor industrial nos países (BRICS, 2010). A atenção ao investimento em moeda local se dá então, através da leitura das declarações conjuntas e do atual modo de funcionamento do NDB, como uma maneira de escapar dos riscos que a taxa de câmbio traz pela volatilidade internacional (BRICS, 2013; 2015). Sobre esse assunto ainda, os BRICS (2013, tradução nossa) reiteram:

Consideramos que os países em desenvolvimento enfrentam desafios no desenvolvimento em infraestrutura devido à insuficiência de financiamento a longo prazo e de investimento estrangeiro direto, especialmente investimento em capital social.

O Gráfico 1 apresenta a taxa de investimento, expressa a partir do percentual do PIB, dos países pertencentes ao grupo dos BRICS de 2011 a 2025. Em congruência com a teoria Novo Desenvolvimentista, espera-se maior taxa de investimento nos países com menos riscos aos investimentos e uma taxa de lucro satisfatória, com baixas taxas de juros nominais e alta demanda, a depender do setor, e considerando o fato de que investir em países em desenvolvimento, é mais arriscado que investir em países ricos (Bresser-Pereira, 2024).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do World Economic Outlook Database (2025)

Como podemos avaliar, China, Índia e um crescimento expressivo da Rússia coloca os três países como os maiores em taxa de investimento do bloco.

Oreiro e da Silva (2022, p.10) abordam o investimento no Novo Desenvolvimentismo como parte de duas variáveis: a oportunidade de custo de capital definida pela taxa de juros de curto prazo do Banco Central; e as expectativas de crescimento de vendas e produção, ambas variáveis constroem alta demanda por produtos e investimentos por parte dos governos para manter o alto crescimento. Neste gráfico, o comportamento expressado pelas economias que possuem ambas as variáveis sob ajuste governamental possuem altas taxas de investimento.

Além disso, Bresser-Pereira e Bechelaine (2017, p.4) destacam a importância do investimento estrangeiro para o crescimento, entretanto, a vulnerabilidade financeira aumenta em consequência, através da apreciação cíclica da taxa de câmbio, que reduz a competitividade das indústrias nacionais no comércio internacional. Contudo, apesar do Novo Desenvolvimentismo se posicionar contra o uso da poupança externa para financiamento do déficit em conta corrente, o financiamento estrangeiro direto é bem-visto no caso de projetos de longo prazo e de amplo escopo (Bresser-Pereira e Bechelaine, 2017, p.7).

Com fim, ao se deparar com o desafio de como estimular o investimento em países em desenvolvimento minimizando os riscos advindos da atração de investimentos diretos, o Novo Desenvolvimentismo vê como solução o aumento do financiamento em moeda local por instituições multilaterais, e que através disso, os bancos multilaterais pavimentam um caminho de melhora do funcionamento dos mercados locais de capital (Bresser-Pereira e Bechelaine, 2017, p. 7). Assim, Wang (2017), ao demonstrar que o NDB vem incrementado a quantidade de financiamentos em moeda local, mostra certa congruência entre a estratégia de financiamento da instituição com a preocupação da teoria do Novo Desenvolvimento com o investimento direto estrangeiro. Objetivo esse ilustrado pela declaração:

Concordamos em manter uma comunicação estreita para reforçar a cooperação monetária, em conformidade com o mandato legal de cada banco central, incluindo através de swaps cambiais, liquidação em moeda local e investimento direto em moeda local, quando apropriado, e explorar mais modalidades de cooperação monetária (BRICS, 2017).

5.2.2 Taxa de Juros:

A taxa de juros pode ser definida como a recompensa dada pelos Bancos Nacionais para compradores de títulos da dívida pública, ou, em outras palavras, a renúncia à liquidez da moeda em troca de um prêmio (Keynes, 1936). A tabela 1, a seguir, apresenta a taxa de juros nominal dos países que fazem parte dos BRICS, de 2013 a 2024, para análise deste preço macroeconômico importante para a teoria Novo Desenvolvimentista.

Gráfico 02 - Taxa de Juros Nominal dos países BRICS (2013-2024)												
País	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Rússia	6%	17%	11%	10%	8%	8%	6%	4%	9%	8%	2%	2%
Brasil	10%	12%	14%	14%	7%	7%	5%	2%	9%	14%	12%	12%
África do Sul	5%	6%	6%	7%	7%	7%	7%	4%	4%	7%	8%	8%
China	1%	1%	8%	1%	2%	3%	2%	1%	1%	5%	6%	5%
Índia	8%	9%	8%	7%	7%	8%	7%	6%	6%	7%	7%	7%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do *International Financial Statistics* (2025).

A taxa de juros está entre os principais preços macroeconômicos utilizados para o incentivo ao investimento no Novo Desenvolvimentismo, pois esta, em níveis reais e nominais baixo, juntamente da expansão da demanda agregada, induz a classe empresária do país a realizar investimentos robustos em tecnologia e aumento da produção, o que controla posteriormente a produção (Oreiro, 2012, p.33).

Posteriormente, os BRICS (2023; 2024) como um conjunto iriam reconhecer este problema:

O momento de crescimento global enfraqueceu, e os prospectos econômicos diminuíram por conta da fragmentação comercial, alta inflação prolongada, condições de financiamento global restritas, em particular o aumento nas taxas de juros em economias avançadas, tensões geopolíticas e o crescimento das vulnerabilidades nas dívidas (BRICS, 2023, tradução nossa).

Pode-se observar, a partir do Gráfico 02, que os países conhecidos como grandes exportadores de commodities, e que possuem uma classe rentista expressiva na formação da política monetária, possuem as maiores taxas de juros do bloco de países.

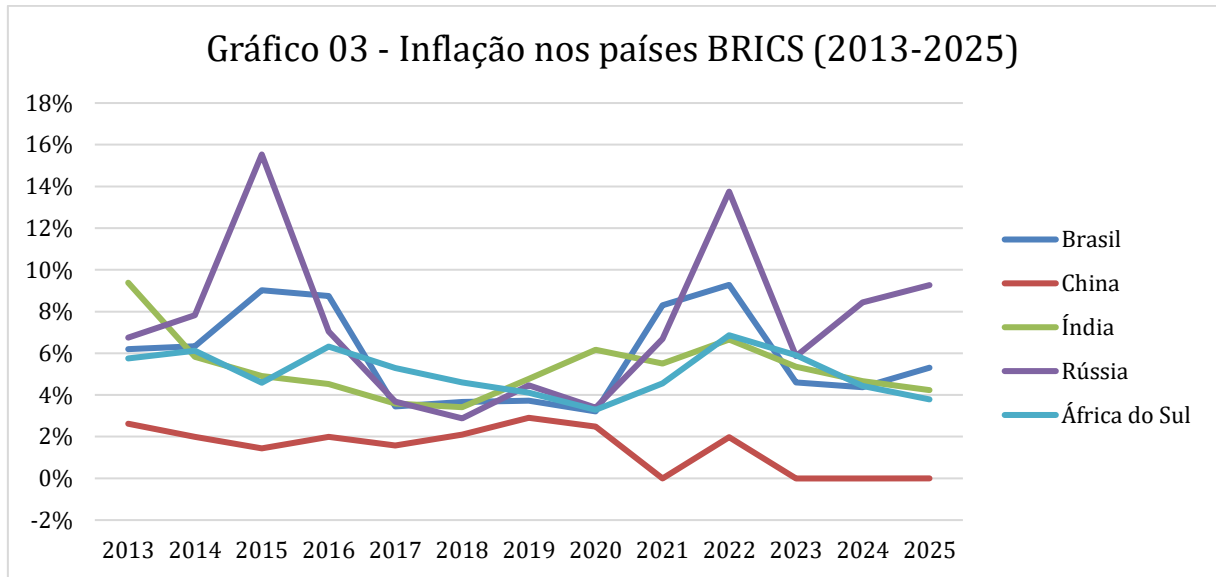
Neste contexto, são países que também foram afetados pela desindustrialização, efeito da doença holandesa explicada anteriormente. Também, expõe uma dificuldade dos BRICS em sustentar seu discurso de cooperação no âmbito da definição de preços macroeconômicos, visto a necessidade do Brasil e Rússia manterem suas taxas de juros elevadas para lidarem com a volatilidade internacional e por serem países primariamente exportadores de commodities (Bond, 2019).

Outros estudos quantitativos acerca da influência de variáveis macroeconômicas no desenvolvimento dos países dos BRICS, demonstram o efeito do crescimento das taxas de juros no aumento da desigualdade econômica dentro dos mercados emergentes (Berisha, Gupta e Meszaros, 2020, p. 566)

5.2.3 Taxa de inflação

A inflação é a expressão do aumento generalizado de preços, sua causa é geralmente a maior demanda agregada que não se traduz em um aumento da produção. Este encarecimento então é repassado para o consumidor final na forma de aumento dos preços nos produtos. Para Keynes (1936, p.285), a alta oferta de moeda se for traduzida em alta demanda com aumento de produção, o fator inflacionário então não é efetivado.

O Gráfico 3, a seguir, revela a variação percentual das taxas de inflação dos países que compõem os BRICS, a fim de possibilitar a identificação de choques inflacionários e as suas atuações na definição de políticas financeiras para o controle da inflação e dos preços macroeconômicos conjuntamente. Nesse sentido, espera-se uma coordenação conjunta para o combate à alta inflação, declarada preocupante nas reuniões dos BRICS (2015, 2023).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do World Economic Outlook Database (2025)

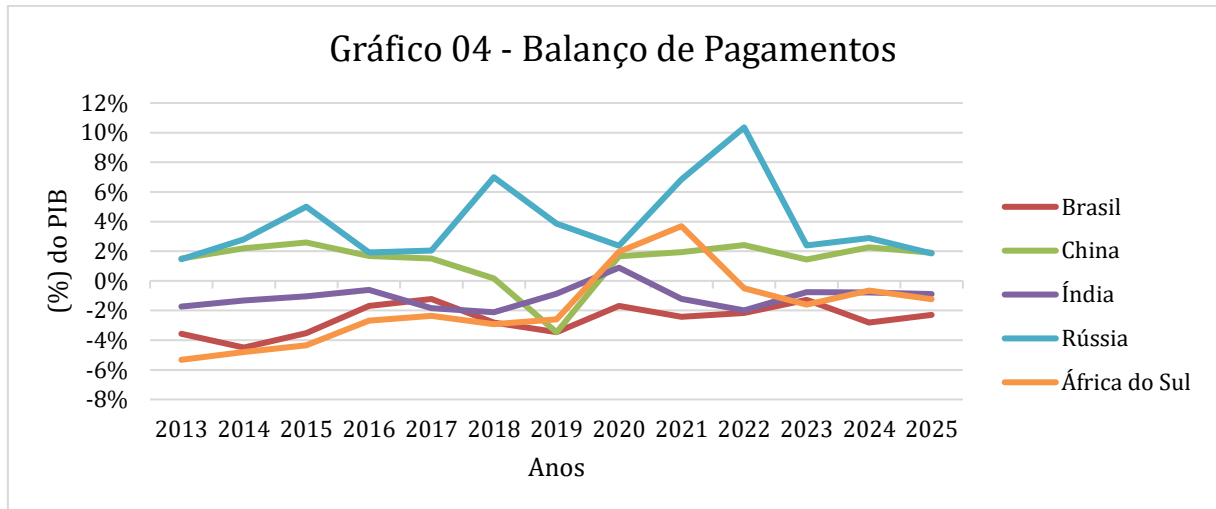
É possível inferir, a partir dos resultados extraídos a dificuldade, principalmente do Brasil e da Rússia, em manter suas taxas estáveis ao longo dos anos. A primeira crise sendo verificada em 2015, com o choque do petróleo e em 2022 com o advento da pandemia mundial de Covid-19 e, no caso da Rússia, o escalonamento da guerra na Ucrânia (CNN, 2024; CNN, 2022).

Estudos sobre essa taxa, revelam que além de aumento da desigualdade, altas taxas de inflação também aumentam as taxas de *turnover*, queda de valor de ações e saída de investimentos privados (Berisha, Gupta e Meszaros, 2020; Guru e Yadav, 2018).

5.2.4 Balanço Comercial

As transações em conta corrente de um país constituem uma conta essencial para a taxa de câmbio, pois ambas se tratam de taxas interdependentes entre si, quanto maior o déficit, mais apreciada está a moeda, e quanto maior o superávit comercial, mais depreciada se encontra em relação a moeda local (Bresser-Pereira, 2024).

No Gráfico 04, a seguir, encontra-se o balanço em transações correntes da coalizão BRICS, em relação ao seu PIB.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do World Economic Outlook Database (2025)

A partir da associação entre a teoria da desindustrialização e a doença holandesa discutidas por Bresser-Pereira (2024), a sobrevalorização cíclica das taxas de câmbio nos países em desenvolvimento, causada pela doença holandesa e pelas políticas populistas de crescimento a partir de endividamento externo, causam crises cíclicas que controlam a taxa de câmbio (Feijó e Araújo, 2024).

Neste gráfico portanto, vemos que os países em desenvolvimento e emergentes como Brasil, Índia, África do Sul e Rússia incorrem em crises pontuais durante os anos, de forma que possuem altas taxas de juros em conjunto de taxas de câmbio sobrevalorizadas, que desestimulam o investimento e aumentam a demanda por consumo.

Pois, pesquisadores Novo Desenvolvimentistas argumentam que, ao possuírem uma economia operando neste sistema de *Demand-led growth*, podem sofrer efeitos negativos na estrutura produtiva de um país, pois, a taxa de câmbio ao influenciar no desenvolvimento industrial por desestimular o investimento, afetarem as importações e exportações, e, por conseguinte, reduzir a taxa de crescimento de um país que seja compatível com o crescimento industrial, atrasando mais o processo de acompanhamento tecnológico e produtivo dos países e mercados emergentes (Oreiro, Basílio e Souza, 2013).

No âmbito dos BRICS, a existência de dois países em superávit em contas correntes, China e Rússia, e três países com recorrentes déficits em conta corrente, Brasil, Índia e África do Sul, dificultam a formulação conjunta de políticas macroeconômicas (Larionova e Shalopova, 2020). Entretanto, ao verificarmos as sùmulas das cúpulas de líderes, há um incentivo ao investimento direto em países emergentes, através do Novo Banco de Desenvolvimento

(BRICS, 2015, 2019, 2023), que alivia a pressão de sobrevalorização dos países superavitários e mantém suas moedas e mercados internos competitivos no mercado internacional.

Enquanto isso, países deficitários incorrem na incorporação de investimentos diretos de longo prazo em sua capacidade produtiva e tecnológica, com o fim de se tornarem países mais competitivos e auxiliar no manejo de sua taxa de câmbio, através do incentivo ao investimento e aumento das expectativas de lucro, entretanto, não devem incorrer ao déficit em conta corrente e seu consequente endividamento externo, pois sobrevalorizam a taxa de câmbio e tornam empresas locais menos competitivas (Bresser-Pereira, 2024).

5.2.5 Taxa de câmbio

A taxa de câmbio, preço macroeconômico chave para a construção da estratégia de saída da doença holandesa para o Novo Desenvolvimentismo, é citada como ponto de preocupação para o grupo dos BRICS (2015; 2025), citada como ponto de trabalho do *task force* interno em parcerias público-privadas. Principalmente pelo seu potencial de afetar a competitividade dos mercados internos, possibilitar a entrada e desenvolvimento de mercados nascentes, faz parte da composição também os demais preços importantes para o ND: inflação, juros, investimentos, salários e lucros (Feijó e Araújo, 2024).

Gráfico 05 - Taxa de Câmbio Real dos países BRICS (Moeda Local/Dólar)												
País	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
China	6,20	6,14	6,23	6,64	6,76	6,62	6,91	6,90	6,45	6,74	7,08	7,20
Brasil	2,16	2,35	3,33	3,49	3,19	3,65	3,94	5,16	5,39	5,16	4,99	5,39
Rússia	31,84	38,38	60,94	67,06	58,34	62,67	64,74	72,10	73,65	68,48	85,16	
África do Sul	9,66	10,85	12,76	14,71	13,32	13,23	14,45	16,46	14,78	16,36	18,45	18,33
Índia	58,60	61,03	64,15	67,20	65,12	68,39	70,42	74,10	73,92	78,60	82,60	83,67

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do World Economic Outlook Database (2025)

Além disso, outros pesquisadores avaliam o impacto real de riscos geopolíticos se sobreponem ao risco interno no momento de definição da taxa de câmbio (Salisu, Cuñado e Gupta, 2021). Esta volatilidade no cenário internacional abalaria principalmente os países e mercados emergentes, visto o desequilíbrio no balanço de pagamentos dos mesmos e a estratégia de crescimento via poupança externa.

Estudos propõem a taxa de câmbio como peça-chave para a discussão, além dos benefícios citados anteriormente, do contexto político da teoria, na necessidade de maior autonomia dos governos de países emergentes em definir suas políticas de taxa de câmbio e juros, que em geral

são restritas mesmo nas integradas financeiramente (Oreiro, 2023; Bresser-Pereira, 2024; Feijó e Araújo, 2024).

Entretanto, este importante preço macroeconômico citado duas vezes ao longo das cúpulas de líderes dos BRICS, não demonstra ser ponto de foco explícito, pois, como aponta Larionova e Shalopova (2020), o tema não é bastante citado em documentos e também não é ponto de discussão no âmbito do G20 pelo grupo, onde realizam a maioria das suas proposições e posicionamentos políticos, como coalizão de países interessados em uma coordenação justa da macroeconomia para países em desenvolvimento e mercados emergentes.

No âmbito das declarações conjuntas os BRICS reconhecem a capacidade da volatilidade na taxa de câmbio ser capaz de afetar diretamente os investimentos em tecnologia:

Nós apreciamos as discussões da Força Tarefa dos BRICS em Parcerias Público-Privadas e Infraestrutura, em relação à mitigação do risco da taxa de câmbio e a preparação de projetos para infraestruturas resistentes ao clima, com o objetivo de melhorar a preparação de projetos e aumentar o volume de investimentos privados (BRICS, 2025).

Apesar disso, Radulescu, Panait e Voica (2014), sinalizam em análise que a estratégia dos países BRICS em focar no crescimento através da integração com a financeirização global, os torna mais suscetíveis a flutuações e à volatilidade do sistema cambial nos mercados estrangeiros, pela grande quantidade de reservas estrangeiras em dólares que possuem.

Larionova e Shalopova (2020) complementam nesse sentido, ao afirmar que o foco do grupo ao longo dos anos se tornou o ACR, um fundo que auxilia as economias participantes a lidarem com problemas de liquidez do dólar, e o incentivo à realização de comércio através de bancos nacionais de desenvolvimento e investimento direto através de moeda local.

5.3 Visão geopolítica dos BRICS em relação à teoria Novo Desenvolvimentista

Agora, passo à análise de congruência entre a visão e as propostas no sistema internacional e na geopolítica dos BRICS e das propostas Novo Desenvolvimentistas. Para isso, precisamos primeiramente entender que envolve os BRICS um misto de estudos de pesquisadores céticos e otimistas com sua capacidade para mudanças nas relações internacionais.

Mas por qual razão os BRICS são países que deveriam ser escutados? Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul compõem um grupo considerado de suma importância para a economia e sistema financeiro internacional, visto as proporções de população, crescimento do PIB e condição emergente dos mercados em que participam, principalmente em um contexto após a grande crise financeira de 2008 (Radulescu, Panait e Voica, 2014).

Ao tratar-se das proposições da coalizão para o sistema político-econômico internacional, muitos estudiosos se debruçam sobre como através de suas organizações financeiras internas: o NDB e o ACR, eles propõem de forma ativa mudanças de transformação na ordem mundial (Caixeta et al. 2024). Ou, outras vezes, através da formação de frentes amplas dentro de fóruns e organizações econômicas como o G20, G7 e nas rodadas de negociação da OMC (Larionova e Shalopova, 2020).

Michael Cox (2012), elaborou uma visão crítica quanto à coalizão, pois propor que esta estivesse realmente caminhando para substituir a ordem atual, seria o palco também para maior desconforto e insegurança internacional. Pois, como argumenta, a economia americana é um ponto citado em diferentes momentos da história, como sempre prestes a colapsar, mas esta ainda era na época o maior PIB entre as superpotências e possuía também os maiores padrões de vida mundiais (Michael Cox, 2012).

Neste contexto, é necessário observar que as relações internacionais no campo da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) vive um novo momento: com a ascensão da China e a sua Nova Rota da Seda, posicionada em um contexto internacional de bastante turbulência econômica e bélica entre os países da OTAN e Eurásia, a disputa por financiamentos internacionais diretos se beneficia de uma iniciativa guiada por países do Sul Global, que possui como uma de suas bases o princípio de não condicionalidade para a mobilização de investimentos em desenvolvimento (Caixeta, 2022).

Já no Novo Desenvolvimentismo, seu principal autor, Luiz Carlos Bresser-Pereira (2024) propõe: “As duas escolas desenvolvimentistas, o Desenvolvimentismo Estruturalista Clássico e o ND, são anti-imperialistas. Eles veem o Norte Global em oposição à industrialização na periferia do capitalismo, daí o desenvolvimento do Sul Global.” A partir desta afirmação, o ND assume um caráter inerentemente nacionalista, em que o desenvolvimento viria através além de tudo, da independência econômica e da busca pela autonomia. Com o fim de assegurar o crescimento e rejeitar políticas liberais recomendadas pelos países representantes do Norte Global (Bresser-Pereira, 2024)

À luz dessas considerações, os BRICS, possuem um posicionamento brando, de não-enfrentamento direto à ordem econômica vigente (BRICS, 2015) e de incentivo ao investimento estrangeiro direto partindo de economias avançadas em direção à países e economias emergentes (BRICS, 2022). Logo, reforçando políticas e posicionamentos que vão de encontro

à estratégia de crescimento do Novo Desenvolvimentismo através da independência econômica dos mercados do Norte Global, o que os torna vulneráveis à volatilidade externa.

No entanto, os BRICS também possuem iniciativas relacionadas à desdolarização das economias e mercados emergentes (Mosharrafa, 2024; Arnold, 2024), e na cooperação internacional para o desenvolvimento (Rinaldi e Júnior, 2020). Ambos os projetos incentivadores de uma independência do Norte Global e fomentam uma maior resiliência e interdependência no campo da cooperação Sul-Sul, como elucidado pelos BRICS:

Nós concordamos na promoção do desenvolvimento dos Mercados de títulos em moeda local do BRICS e juntamente estabelecer um Fundo de Títulos em moeda local dos BRICS, como meios de contribuir para a sustentabilidade de financiamento dos países BRICS, acelerando os desenvolvimentos dos mercados domésticos e regionais de títulos dos BRICS, inclusive através do aumento do setor privado estrangeiro, e incrementando a resiliência financeira dos países dos BRICS (BRICS, 2017).

O termo desdolarização, pode ser descrito como o processo realizado pelas economias emergentes, de diminuir a dependência de possuir dólares nas suas reservas estrangeiras, para o seu uso no comércio internacional, processos financeiros e reservas de valor. Este processo, toma forma através de maneiras diversas como sistemas de pagamento, disputas geopolíticas, diversificação de reservas, políticas econômicas, dinâmicas de mercado (Mosharrafa, 2024).

Mosharrafa (2024), centra seu argumento nos seguintes pontos: uma queda na demanda por dólares feita de maneira brusca, depreciaria seu valor de maneira também brusca, impactando diretamente sua dívida nacional titularizada primariamente em dólar. Além do mais, o risco de hiperinflação na economia americana e nos mercados dolarizados ampliam os preços de maneira descontrolada.

Por isso, estratégias econômicas de desdolarização precisam ser coordenadas e debatidas em cenário amplo, para discussões sobre seus efeitos serem medidos, e que envolve além das economias das nações, também o funcionamento de empresas multinacionais, empresas de tecnologia, startups e fintechs, que precisam se readaptar de maneira rápida e sem suporte, no caso de uma desdolarização abrupta e inesperada (Mosharrafa, 2024).

Arnold (2025) realiza uma leitura crítica do processo, e aborda para o potencial positivo de independência do Sul Global através desta estratégia macroeconômica, pois, ao desvincular-se da hegemonia do dólar, são facilitados investimentos e fechamento de acordos comerciais que poderiam ser facilmente barrados pelo poder americano de estabelecer sanções e taxas unilaterais, congelamento de ativos e até os apreender.

Neste ponto, encontra-se congruência com o argumento Novo Desenvolvimentista, que argumenta pela maior independência dos países do Sul Global quanto ao modelo neoliberal de desenvolvimento, e este processo de desdolarização pode se tornar um dos catalisadores deste movimento de independência. Pois, ao realizarem comércio através de moedas locais, criam sistemas de pagamento independentes e centralizados no uso por países da coalizão em expansão, denotam práticas de enfrentamento à ordem hegemônica americana.

Quanto à visão de desenvolvimento que o grupo Brasil, Rússia, Índia e China propõem para a ordem financeira internacional, Besharati e Esteves (2015), abrem o escopo do debate, ao apresentarem a cooperação Sul-Sul como complexa, que envolve diferentes contextos históricos, ideologias e visões de desenvolvimento, que se unem principalmente pelo princípio de ganhos mútuos.

Neste contexto, projetos de investimento que partem de países do grupo possuem características similares como a construção de infraestrutura, estradas, portos, sistemas ferroviários e afins, com objetivos muitas vezes esclarecidos como a entrada de empresas multinacionais no país beneficiado, como nos investimentos do Brasil e da Índia em Moçambique (Besharati e Esteves, 2015). Ainda mais, a China possui um projeto de modernização e investimentos diretos em infraestrutura com o objetivo de conectar diferentes países através da criação de uma rota comercial terrestre e transoceânica chamada a Nova Rota da Seda (Caixeta, 2022).

Como bloco, os BRICS realizam algumas declarações acerca da visão de desenvolvimento defendida:

“Procuraremos estimular o investimento em infraestruturas com base no benefício mútuo para apoiar o desenvolvimento industrial, a criação de emprego, o desenvolvimento de habilidades, a segurança alimentar e nutricional, a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável em África.” (BRICS, 2013, tradução nossa).

Ademais, declarações nos anos seguintes seguem a mesma linha de estímulo a investimentos em infraestrutura para sustentação de industrialização, mas também em educação, tecnologias sustentáveis, combustíveis renováveis, centros de tecnologia e engenharia (BRICS, 2014; 2015). Com esses focos estabelecidos, a cooperação seria posteriormente aprofundada a partir da abertura de grupos de trabalho, reuniões interministeriais, grupos de conversa entre representantes da população civil, todas com o fim de aprimorar as parcerias entre os países do bloco (BRICS, 2016; 2019).

No âmbito do Novo Banco de Desenvolvimento, no seu documento de estratégia mais recente, *Scaling Up Development Finance for a Sustainable Future (2022-2026)* (NDB, 2022), a

instituição financeira elenca os focos de financiamento nas áreas de: Energia limpa; infraestrutura de transportes, água e sanitização; proteção ambiental; infraestrutura social e infraestrutura digital. Ao entrarmos no banco de projetos do NDB, podemos avaliar que os recipientes dos projetos são, em sua maioria, entes subnacionais ou empresas e entidades privadas, que realizam o investimento dentro dos seus estados ao longo de um, ou diversas municipalidades (NDB, 2025).

A partir da visão desenvolvimentista, para Blyth (2013), os BRICS não apenas adotam cegamente as políticas ocidentais baseadas no Consenso de Washington, mas realizam uma hibridização por serem defensores da participação do Estado na economia, mesmo com suas próprias dificuldades internas quanto ao assunto, por conflitos de interesse entre diferentes blocos e entidades. Logo, conclui Kutlay (2019), que esses Estados adotam um modelo de Estado Capitalista, que age diretamente dentro de um mercado aberto, por meio de ferramentas citadas anteriormente como parcerias público-privadas e acordos com entidades privadas para a impulsão do desenvolvimento.

Bresser-Pereira (2024), ao elencar as características necessárias para um Estado Desenvolvimentista, destaca:

É apoiado politicamente por uma coalizão desenvolvimentista formada por empresários, trabalhadores, burocratas públicos e setores da antiga classe dominante - uma coalizão que adota uma estratégia nacional desenvolvimentista, em oposição a uma coalizão conservadora ou neoliberal composta por setores da classe dominante pré-industrial, capitalistas rentistas e financistas.

Logo, as estratégias firmadas entre os Estados dos BRICS e as instituições financeiras do ND e o ACR, constituem frentes formadas a partir de uma necessidade de vontade política, por parte dos países participantes, do Conselho Empresarial dos BRICS e demais atores envolvidos intra e extrabloco, para facilitar a formulação de uma estratégia desenvolvimentista de crescimento (Baumann, 2017). Estratégias estas parcialmente congruentes com as elencadas pelo Novo Desenvolvimentismo (Bresser-Pereira, 2024).

Portanto, apesar dos BRICS por meio do NDB não apresentarem envergadura institucional suficiente para confrontar instituições tradicionais, constituem importante alternativa para países que não desejam manter-se sob o domínio das condicionalidades impostas pelo Banco Mundial e o FMI (Pennaforte, Bones e Camargo Filho, 2022).

E, por possuírem mecanismos para a inclusão de atores não-estatais na formação de estratégias de desenvolvimento, que são indispensáveis para o novo desenvolvimentismo (Bresser-Pereira,

2024) e que foram sistematicamente prejudicados em outros períodos de menor compatibilidade dos líderes com o bloco por um período (Bond, 2019).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo correlacionar as estratégias político-econômicas dos BRICS e suas instituições com a teoria econômica e a economia política do Novo Desenvolvimentismo, formulada por economistas e cientistas políticos latino-americanos. Sendo assim, foram identificadas diversas motivações e discursos desenvolvimentistas através da análise, mas estes são incipientes e que navegam através das inconstâncias oriundas dos conflitos internos e externos ao bloco. Essas inconstâncias possuem origem na diversidade dos países que compõem o bloco, com seus próprios sistemas políticos, história e estratégias econômicas.

Deve-se salientar que, os BRICS se trata de uma coalizão que toma decisões não vinculantes aos membros, e optam por este método como forma de flexibilização e proteção do grupo contra mudanças e conflitos externos e internos, o que possibilita a sobrevivência do mesmo em situações de crises nacionais e internacionais, como os conflitos transfronteiriços entre Índia e China, a pandemia, Guerra da Ucrânia ou a virada ideológica do Brasil durante o governo Bolsonaro.

Foram utilizadas para análise Declarações Conjuntas dos líderes dos BRICS e Declarações dos ministros de comércio ao longo de toda a existência da coalizão, além de documentos estratégicos do Novo Banco de Desenvolvimento. Estas, consideradas fontes principais de proposições políticas da coalizão, devido à natureza não-vinculante das decisões e propostas tomadas durante as reuniões do bloco.

À luz da análise dos documentos, foram identificados diversos pontos de congruência entre a teoria ND e a estratégia dos BRICS para a reformulação econômica e política para o sistema internacional, pós-crise da teoria neoliberal que ocorreu após a crise financeira de 2008. Pois, devido à alta instabilidade do sistema econômico mundial, os países e mercados emergentes percebem a necessidade de procurar por alternativas de incentivo e financiamento aos seus projetos nacionais de desenvolvimento.

Esta percepção é compartilhada pela percepção Novo Desenvolvimentista de que, não interessa aos países e instituições do Norte Global a cura ou remediação dos efeitos da desindustrialização que tem origem na doença holandesa, pois os mesmos teriam de competir justamente com as indústrias oriundas do Sul Global e reduzir-se-ia os países focados primariamente na exportação de commodities. Assim, os BRICS e suas instituições, o NDB e o ACR, constituem atualmente uma alternativa que progressivamente atrai outros Estados a

fazerem parte do seu grupo BRICS+, principalmente as economias e mercados emergentes como Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Irã e Indonésia.

No mais, foram utilizados bancos de dados do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional no período 2013-2025 para analisar os cinco preços macroeconômicos (Juros, Câmbio, Lucro, Salário e Inflação) que são os pontos chave para o estabelecimento de uma estratégia interna novo-desenvolvimentista por parte dos países dos BRICS. Diante dos dados supracitados, foram identificadas inconstâncias entre as estratégias econômicas internas dos países dos BRICS e as proposições do Novo Desenvolvimentismo. Identifica-se Brasil, Rússia, África do Sul e Índia como países com altas taxas de juros, que afetam diretamente suas taxas de investimentos, câmbio e por conseguinte, seus balanços de pagamentos, que se mantêm ciclicamente deficitária.

Para Bresser-Pereira (2024), essas circunstâncias são herança das estratégias de crescimento através da dívida externa incentivada pelo receituário neoliberal. A doença holandesa afeta principalmente países exportadores de *commodities*, como no caso dos países citados. As altas taxas de juros causam apreciação crônica da taxa de câmbio em longo prazo, medida populista que prejudica o setor industrial pela redução das expectativas de lucro e, em consequência, redução dos postos de trabalho e salários, além de controlar somente no curto prazo a inflação.

No que diz respeito aos BRICS, como coalizão, pouco é discutido nas cúpulas de líderes acerca destes pormenores macroeconômicos, e realizam em sua maioria proposições generalistas, seja por meio de afirmações a favor do mercado aberto e regulado justamente, ou pela apreciação da criação de grupos de trabalho por meio da cooperação entre órgãos governamentais e de entidades privadas.

Nesse sentido, identifica-se no grupo uma correlação incipiente entre a estratégia do Novo Desenvolvimentismo e a praticada internamente pelos países dos BRICS, seja pela falta da autonomia necessária para o controle da taxa de câmbio pelos governos dos Estados ou pelo contexto interno de grupos que estão no poder, interesses conflitantes e sistemas políticos.

Outro ponto de destaque é o atual foco do grupo em discussões acerca da desdolarização do sistema financeiro internacional. O debate acerca da desdolarização e maior utilização de moedas locais para realizar empréstimos e investimentos é crucial para o Novo Desenvolvimentismo. Pois, como destaca Bresser-Pereira e Bechelaine (2018), os tomadores de empréstimos dos bancos multilaterais, neste caso o Novo Banco de Desenvolvimento em

conjunto dos bancos nacionais de desenvolvimento, são empresas e entidades privadas, que buscam alternativas para escapar da volatilidade cambial decorrente do uso do dólar.

Por sua vez, os países tomadores de empréstimos, perceberam a necessidade de escapar do maior endividamento em moeda estrangeira, que os forçava a possuir largas reservas internacionais. Então, países como a China buscaram se distanciar da estratégia do Consenso de Washington de 1990, e seguiram a estratégia de crescimento através do controle do balanço comercial, mantendo-a controlada ou superavitária.

Apesar do NDB não obrigar os países a tomarem empréstimos em moedas locais, como o caso da África do Sul que optou ainda assim em tomar o empréstimo em dólares, a medida da instituição criada pelos países do BRICS demonstra reconhecimento dos problemas que estão intrinsicamente relacionados com a desindustrialização dos países em desenvolvimento e com a doença holandesa.

E buscam mitigar esses efeitos a partir de maneiras indiretas e sem constituírem-se como uma frente revolucionária, mas sim uma alternativa desenvolvimentista complementar ao sistema vigente. Contudo, Bresser-Pereira e Bechelaine (2018), sinalizam que a força das novas instituições de desenvolvimento recai sobre as suas capacidades de auxiliarem os países beneficiários, a realizarem as reformas financeiras necessárias para o desenvolvimento de mercados para o financiamento local.

Uma questão que pode ser mais explorada posteriormente, é a visão mais a partir de uma lógica institucionalista dos BRICS. Visto que, apesar de não ser uma instituição *per se*, ainda são capazes de gerar iniciativas de maneira não vinculante, estabelecerem agendas de trabalho respeitada pelos países e criar instituições financeiras que estão se estabelecendo como grandes players no sistema financeiro internacional.

No que tange a congruência das políticas adotadas também, é visto uma maior complexidade do grupo alinhar estratégias macroeconômicas, que demandam em certos países mudanças sociais extensas para se concretizar.

Como por exemplo no Brasil, em que uma classe rentista limita a atuação do banco central que mantém altas taxas de juros. Faltando então a construção de uma estratégia nacional de desenvolvimento unindo o empresariado, classe política e a população.

A partir destes apontamentos, fatores endógenos e de política externa de cada país componente do grupo são necessários ser observados para compreender suas capacidades de formulação de

uma estratégia de desenvolvimento alinhada aos preceitos Novo Desenvolvimentistas. Principalmente no que diz respeito às economias em desenvolvimento do bloco, que possuem características similares na composição econômica e históricas que dificultam este processo.

Neste sentido, a China como o país desenvolvido no bloco busca atualmente atuar como o pivô da construção de um desenvolvimento alinhado com seus projetos, focados na infraestrutura e tecnologia limpa, através da Nova Rota da Seda.

À luz do que foi exposto, o bloco constitui no passado, presente e para o futuro, um importante ator que propõe alternativa viável para as instituições tradicionais de Bretton Woods, e é fonte de reformas importantes no âmbito do sistema financeiro internacional. Para pesquisas futuras seria interessante um estudo dos atores que fazem parte ativamente na produção de bens públicos pela coalizão e através das instituições financeiras, como os órgãos ministeriais, colegiados, grupos de trabalho entre empresas. Pois apesar da quantidade de iniciativas para o desenvolvimento de economias emergentes que estão nas declarações conjuntas serem incipientes, o grupo ainda possui estes diversos atores vastos e abrangentes. Estes que vão do nível ministerial ao técnico, produzindo conhecimento e agendas diversas, e mostram a capacidade da coalizão de serem muito mais que Declarações Conjuntas.

REFERÊNCIAS

- AL MOSHARRAFA, Rana. Navigating the Tides of De-dollarization. **Pluto Journals**, v. 15, n. 4, p. 566–581, 2024. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/48813221>>. Acesso em: 11 set. 2025.
- ARAUJO, Cicero. POR QUE AS DEMOCRACIAS CAMBALEIAM? DESENVOLVIMENTO E CRISE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 29, p. e90202, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cgpc/a/GttkXxxbjCZK8rpnTXRcY7P/?format=html&lang=pt>
- ARNOLD, T. D. De-dollarization and global sovereignty: BRICS quest for a new financial paradigm. *Human Geography*, v. 18, n. 1, p. 78-83, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/19427786241266896>. Acesso em: 08 abr. 2025.
- BARRETO, Elis; ALPACA, Nathalie; ALMEIDA, Pauline. *Inflação no Brasil seguirá em alta com guerra na Ucrânia, dizem especialistas*. CNN Brasil, 03 mar. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/mercado/inflacao-no-brasil-seguira-em-alta-com-guerra-na-ucrania-dizem-especialistas/>. Acesso em: 12 ago. 2025.
- BARROSO, Joao Barata RB; DA SILVA, Luiz A. Pereira; SALES, Adriana Soares. Quantitative Easing and Related Capital Flows into Brazil: measuring its effects and transmission channels through a rigorous counterfactual evaluation. *Journal of International Money and Finance*, v. 67, p. 102-122, 2016.
- BATISTA JR, Paulo Nogueira. BRICS-Novo Banco de Desenvolvimento. *Estudos Avançados*, v. 30, n. 88, p. 179-184, 2016.
- BAUMANN, Renato et al. BRICS: estudos e documentos. Brasília: Funag, p. 179-180, 2015.
- BAUMANN, Renato. Os novos bancos de desenvolvimento: independência conflitiva ou parcerias estratégicas? **Revista de Economia Política**, v. 37, n. 2, p. 287–303, 2017.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. “Luiz Gonzaga Belluzzo fala sobre novo marco fiscal e BRICS”. Fundação Maurício Grabois, 4 set. 2023. Disponível em: <https://grabois.org.br/2023/09/04/luiz-gonzaga-belluzzo-fala-sobre-novo-marco-fiscal-e-brics/> Mauricio Grabois. Acesso em: 10 jun. 2025.
- BERISHA, Edmond; GUPTA, Rangan; MESZAROS, John. The impact of macroeconomic factors on income inequality: Evidence from the BRICS. *Economic Modelling*, v. 91, p. 559–567, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.econmod.2019.12.007>
- BESHARATI, Neissan; ESTEVES, Paulo. Os BRICS, a cooperação sul-sul e o campo da cooperação para o desenvolvimento internacional. **Contexto Internacional**, v. 37, n. 1, p. 289–330, 2015.
- BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000a.

BOLFARINE CAIXETA, Marina et al. O BRICS, O SUL GLOBAL E A TRANSFORMAÇÃO DA ORDEM MUNDIAL: O Novo Banco de Desenvolvimento. *Mural Internacional*, v. 15, n. 1, 2024.

BOND, Patrick. Does BRICS Banking offer an alternative to the IMF and World Bank? Pessimistic signals from South Africa. *CADTM*, 21 out. 2019. Disponível em: <https://www.cadtm.org/Does-BRICS-Banking-offer-an-Alternative-to-the-IMF-and-World-Bank-Pessimistic>. Acesso em 20 jul. 2025.

BRAGA, Márcio Bobik; FIGUEIREDO, Alexandre Ganan de Brites. Integração e desenvolvimento econômico da América Latina: uma interpretação das contribuições de Celso Furtado. **revista tempo do mundo**, v. 1, n. 30, p. 121–141, 2023. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/421>>. Acesso em: 20 out. 2024.
BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (2004). "Novo-desenvolvimentismo". *Folha de São Paulo/ Caderno Dinheiro*, 19/09/2004.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A teoria do desenvolvimento econômico e a crise de identidade do Banco Mundial. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 15, n. 1, p. 1–2, 1995.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. *São Paulo em perspectiva*, v. 20, n. 3, p. 5-24, 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, Paulo. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 1, p. 3–24, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572010000100001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/4wVHrfGSmL57QzSJZs5DZtb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 set. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; OREIRO, José Luís; MARCONI, Nelson. Developmental Macroeconomics. **Routledge Studies in developmental economics**, p. 1–185, 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; BECHELAINE, Cinthia. Multilateral development banks, new developmentalism and local currency financing. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 39, n. 4, p. 755–767, 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. From classical developmentalism and post-Keynesian macroeconomics to new developmentalism. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 39, n. 2, p. 187–210, 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Neutralizing the Dutch disease. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 43, n. 2, p. 298–316, 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Novo Desenvolvimentismo**: Introduzindo uma nova teoria econômica e economia política. 1. ed. São Paulo: Contracorrente, 2024. v. 1. ISBN 9786553961807.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Contributions of Classical and New Developmentalism. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 45, n. 2, 2025.

BRICS. I Cúpula: Declaração Conjunta. In: BRICS: estudos e documentos, Brasília: FUNAG, 2015, p. 157-161.

BRICS. II Cúpula: Declaração Conjunta. In: BRICS: estudos e documentos. Brasília: FUNAG, 2015, p. 162-172.

BRICS. III Cúpula: Declaração Conjunta e Plano de Ação de Sanya. In: BRICS: estudos e documentos. Brasília: FUNAG, 2015, p. 173-183.

BRICS. III Cúpula: Declaração e Plano de Ação de Sanya. In: BRICS: estudos e documentos. Brasília: FUNAG, 2015, p. 173-183.

BRICS. IV Cúpula: Declaração e Plano de Ação de Nova Delhi. In: BRICS: estudos e documentos. Brasília: FUNAG, 2015, p. 184-201.

BRICS. V CÚPULA: Declaração e Plano de Ação de Ethekwini. In: BRICS: estudos e documentos. Brasília: FUNAG, 2015, p. 202-219.

BRICS. VI CÚPULA: Declaração e Plano de Ação de Fortaleza. In: BRICS: estudos e documentos. Brasília: FUNAG, 2015, p. 220-252.

BRICS. Acordo sobre o Novo Banco do Desenvolvimento. In: BRICS: estudos e documentos. Brasília: FUNAG, 2015, p. 287-326.

BRICS DOCS. 7th BRICS Summit Ufa Declaration, 2015. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/7-cupula-do-brics-2015/>> Acesso em: 12 jul. 2025.

BRICS DOCS. 8th BRICS Summit Goa Declaration, 2016. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/8-cupula-do-brics-2016/>> Acesso em: 19 jul. 2025.

BRICS DOCS. BRICS Leaders Xiamen Declaration, 2017. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/9-cupula-do-brics-2017/>> Acesso em: 19 jul. 2025.

BRICS DOCS. BRICS Summit Johannesburg Declaration, 2018. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/10-cupula-do-brics-2018/>> Acesso em: 19 jul. 2025.

BRICS DOCS. Brasília Declaration, 2019. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/11-cupula-do-brics-2019/>> Acesso em: 19 jul. 2025.

BRICS DOCS. XII BRICS Summit Moscow Declaration, 2020. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/12-cupula-do-brics-2020/>> Acesso em: 19 jul. 2025.

BRICS DOCS. XIII BRICS Summit- New Delhi Declaration, 2021. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/13-cupula-do-brics-2021/>> Acesso

em: 19 jul. 2025.

BRICS DOCS.XIV BRICS Summit Beijing Declaration, 2022. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/24-cupula-do-brics-2022/>> Acesso em: 16 ago. 2025.

BRICS DOCS.XV BRICS Summit Johannesburg II Declaration, 2023. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/15-cupula-do-brics-2023/>> Acesso em: 16 ago. 2025.

BRICS DOCS.XV BRICS Summit Kazan Declaration, 2024. Disponível em: <<https://brics.br/en/documents/collection-of-previous-presidencies/leaders-declarations>> Acesso em: 16 ago. 2025.

BRICS DOCS.XV BRICS Summit Rio de Janeiro Declaration, 2025. Disponível em: <<https://brics.br/en/documents/presidency-documents/250705-brics-leaders-declaration-en.pdf>> Acesso em: 16 ago. 2025.

BUNSKOEK, Raoul; VERBURG, Steven. **BRICS Ambitions and Achievements**. [s.l.]: Clingendael Institute, 2025. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/resrep70745.5>>.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. *Economia e sociedade*, v. 21, p. 831-851, 2012.

CAPORALE, Guglielmo Maria; SPAGNOLO, Fabio; SPAGNOLO, Nicola. Macro news and exchange rates in the BRICS. **Finance Research Letters**, v. 21, p. 140-143, 2017.

CARDOSO, Flaviano Correia. *Uma alternativa que precisa ser humana*. Le Monde Diplomatique Brasil, 27 ago. 2025. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/uma-alternativa-que-precisa-ser-humana/>. Acesso em: 05 set 2025

CARVALHO, Patrícia; SILVA, Roberta; DIAS, Bruno. O Novo Banco de Desenvolvimento do Brics: uma análise dos seus objetivos, inovações e o financiamento de energias renováveis. *Sul Global*, n. 1, v. 2, pp. 172-207, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/59455/2/O%20novo%20banco%20de%20desenvolvimento%20do%20brics.pdf>. Acesso em: 26 maio 2025.

CASELLA, Paulo Borba. *Inovação em tempos de crise e reformulação mundial*. Le Monde Diplomatique Brasil, 10 jul. 2025. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/brics-em-tempos-de-crise-e-reformulacao-mundial/>. Acesso em: 12 ago 2025

CHESNAIS, François. (1996), *A mundialização do capital* São Paulo, Xamã.

CNN Brasil. “Com crise inflacionária na Rússia, manteiga se torna item de luxo”. CNN Brasil, 18 nov. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/com-crise-inflacionaria-na-russia-manteiga-se-torna-item-de-luxo/>. Acesso em: 12 ago 2025

COCHRANE, Logan; ZAIDAN, Esmat. Shifting global dynamics: an empirical analysis of BRICS + expansion and its economic, trade, and military implications in the context of the G7. **Cogent Social Sciences**, v. 10, n. 1, 2024.

COX, Michael. Power Shifts, Economic Change and the Decline of the West? **International Relations**, v. 26, n. 4, p. 369–388, 2012.

DA SILVA, Luiz Awazu. *From Currency Wars to Policy Peace under the G-20: Remarks by Luiz Awazu Pereira da Silva*. Brasília, 2 abr. 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/TextosApresentacoes/Apresentacao_Luiz_Pereira_Seminario_Peterson_Institute.pdf

DAMICO, Flávio. Antecedentes: do Acrônimo de Mercado à Concertação Político-Diplomática. In **BRICS: Estudos e Documentos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015. p. 60.

DE CARVALHO, Gustavo; ANAND, Jaimal; NAIDU, Sanusha. BRICS expansion: adaptive response or proactive restructuring of global governance? *South African Journal of International Affairs*, v. 32, n. 1–2, p. 9–32, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1080/10220461.2025.2523507>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10220461.2025.2523507>. Acesso em: 17 set. 2025.

DE CARVALHO, Oriol, Ettore; MARTINS, Humberto Falcão. New Developmentalism: What Do We Know and Where Are We Going? *Economics & Management Information*, p. 1–23, 2023.

OREIRO, José Luis da Costa. New Developmentalism: beyond competitive exchange rate. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 40, n. 2, p. 238–242, abr. 2020.

Ten theses on new developmentalism. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 32, n. 2, p. 336–338, 2012.

DRAIBE, Sônia M.; RIESCO, Manuel. Estados de bem-estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina: um novo desenvolvimentismo em gestação? *Sociologias*, v. 13, n. 27, p. 220–254, 2011.

EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 28–29, p. 107–157, 1993.

FEIJO, Carmem; ARAUJO, Eliane. O papel da taxa de câmbio na Teoria Novo-Desenvolvimentista. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 29, p. e90198–e90198, 2024.

FERRARI FILHO, Fernando; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Which developmentalism? A Keynesian–Institutionalist proposal. *Review of Keynesian Economics*, v. 3, n. 1, p. 90–107, 2015.

FLEIDER, Theo; PUPPIM DE OLIVEIRA, Jose Antonio. Planejamento para o desenvolvimento: Lições dos processos de planejamento na China. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 29, p. 1–22, 2024.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *O processo de substituição de importações*. In: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (orgs.). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: José Márcio Rego e Rosa Maria Marques / Saraiva, 2003.

GERALDO, Adynaer; SILVA, Maia da; ALVES, Elia Elisa Cia; ALVES, Cia. Reforming the International Financial System? Accessing the Depths of New Development Bank's (NDB) Operations. *Boletim do Tempo Presente*, v. 8, p. 59-74, 2020.

GRAY, Kevin; GILLS, Barry K. South–South cooperation and the rise of the Global South. *Third World Quarterly*, v. 37, n. 4, p. 557-574, 2016.

GUARINI, Giulio; OREIRO, José Luis. An ecological view of New Developmentalism: a proposal of integration. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 42, n. 1, p. 244–255, 2022.

GURU, Biplab Kumar; YADAV, Inder Sekhar. Financial development and economic growth: panel evidence from BRICS. *Journal of Economics, Finance and Administrative Science*, v. 24, n. 47, p. 113–126, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1108/JEFAS-12-2017-0125>.

KEYNES, John Maynard (1936). *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).

KHAN, Shahid R. WTO, IMF and the closing of development policy space for low-income countries: A call for neo-developmentalism. *Third World Quarterly*, v. 28, n. 6, p. 1073–1090, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1080/01436590701507446>.

KIRTON, John; LARIONOVA, Marina. The First Fifteen Years of the BRICS. *International Organisations Research Journal*, v. 17, n. 2, p. 7–30, 2022. DOI: 10.17323/1996-7845-2022-02-01 Disponível em: https://iorj.hse.ru/data/2022/10/21/1735543865/1%20Kirton_Larionova.pdf Acesso em: 16 set. 2025.

MARCHESAN, Ricardo. **País não tem presidente e devia emitir moeda na crise, diz Bresser-Pereira**. Uol.com.br. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/19/entrevista-luiz-carlos-bresser-pereira.htm>. Acesso em: 11 set. 2025.

LARIONOVA, Marina; SHELEPOV, Andrey. *The G7 and BRICS in the G20 Economic Governance*. *International Organisations Research Journal*, v. 14, n. 4, p. 48-71, 2019. DOI: 10.17323/1996-7845-2019-04-03

MARYAM, Javeria; MITTAL, Ashok. Foreign direct investment into BRICS: an empirical analysis. **Transnational Corporations Review**, v. 12, n. 1, p. 1–9, 2020.

MAXIMIANO COELHO, Lucas; NAVES DE DEUS DORNELAS, Larissa. Fluxos financeiros do BRICS e relação Centro-Periferia: uma análise do período 2011-2020. **Revista Economia Política do Desenvolvimento**, v. 13, n. 29, 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/repd/article/view/13508>. Acesso em: 11 set. 2025.

MCNALLY, Christopher A. The evolution and contemporary manifestations of Sino-capitalism. In: *The brics and emerging economies in comparative perspective*. Routledge, 2013. p. 53-78.

METRI, Mauricio. Geopolítica e diplomacia monetária: o sistema dólar de tributação global e as iniciativas de desdolarização da economia internacional. *Economia e Sociedade*, v. 29, p. 719-736, 2020.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Desenvolvimentismos, inclusão social e papel do Estado. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 131-143, 2016.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; FONSECA, Pedro Cezar Dutra.

Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais.

Revista de Economia Política, v. 33, n. 2, p. 222–239, 2013.

MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 31, n. 4, p. 507–527, 2011.

NASCIMENTO, Dmitri Félix do. A política externa brasileira (PEB) nos BRICS: entre a autonomia política e a dependência econômica. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019

NASSIF, André. Bresser-Pereira: a reconstrução política do Brasil à luz das teses centrais do novo-desenvolvimentismo. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 29, p. e90276-e90276, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/90276>>. Acesso em: 27 jan. 2025.

NDB. Agreement on the New Development Bank – Fortaleza, July 15. 15 de julho de 2014. New Development Bank. Disponível em: <https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2022/11/Agreement-on-the-New-Development-Bank.pdf>. Acesso em: 06/04/2025

NDB. General Strategy 2022-2026: Scaling Up Development Finance for a Sustainable Future. Disponível em: <https://www.ndb.int/about-ndb/general-strategy/>. Acesso em: 06/04/2025

OREIRO, José Luis da Costa. Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica. *Estudos Avançados*, v. 26, n. 75, p. 29–40, 2012.

OREIRO, José Luis. New Developmentalism: beyond competitive exchange rate. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, n. 2, p. 238–242, 2020.

OREIRO, José Luis. THIRLWALL’S LAW AND NEW-DEVELOPMENTALISM: WHAT ARE THE LIMITS FOR LONG-RUN GROWTH? **Investigación Económica**, v. 82, n. 326, p. 98–126, 2023.

OREIRO, José Luis da Costa; DA SILVA, Kalinka M.; DÁVILA-FERNÁNDEZ, Marwil J. A New Developmentalist model of structural change, economic growth and middle-income traps. **Structural Change and Economic Dynamics**, v. 55, p. 26–38, 2020.

OREIRO, José Luis da Costa; DA SILVA, Kalinka Martins. Structuralist Development Macroeconomics and New Developmentalism: Theoretical Foundations and Recent Developments. **Práticas de Administração Pública**, v. 5, n. 3, p. 61–87, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/pap/article/view/69894>>. Acesso em: 11 set. 2023.

ORDÓÑEZ, Sergio; SÁNCHEZ, Carlos. Latin American “neo-developmentalism,” state action and supranational realignment: What consequences to multipolarity? *World Review of Political Economy*, v. 8, n. 3, p. 365-389, 2017.

PEET, Richard; HARTWICK, Elaine. *Theories of development: Contentions, arguments, alternatives*. Guilford Publications, 2015.

PENNAFORTE, Charles; KARKOW BONES, Nairana; DE CAMARGO FILHO, Homero. Novo Banco de Desenvolvimento DO BRICS: ALTERNATIVA AO PODER FINANCEIRO OCIDENTAL? *Mural Internacional*, v. 13, n. 1, 2022.

PEREIRA, Rafael Antonio Anicio; MILAN, Marcelo. O financiamento do desenvolvimento e o novo banco do BRICS: uma alternativa ao banco mundial? *Planejamento e políticas públicas*. Brasília, DF. N. 51 (jul./dez. 2018), p. 13-36, 2018.

PERKINS, Dwight H. *New Institutions for a New Development Model*. In: GARNAUT, Ross; CAI, Fang; SONG, Ligang (orgs.). *China: a new model for growth and development*. Canberra: ANU Press, 2013. p. 17-34. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctt46n2zv.8>

Prebisch, R. (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*, 3 (3), 47-100.

PRINSLOO, Cyril. Bolsonaro and the BRICS: Bull in a China Shop? *Policy Briefing*, nº 180, South African Institute of International Affairs, Mar. 2019. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/resrep25947>. Acesso em: 5 ago. 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. *Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2 ed Nova Hamburgo: Freevale, 2013.

RACHED, Gabriel. BRICS and the emergent countries in the twenty first century: discussing contemporary perspectives. In: FÉRON, Élise; KÄKÖNEN, Jyrki; RACHED, Gabriel (orgs.). *Revisiting regionalism and the contemporary world order: perspectives from the BRICS and beyond*. 1. ed. Opladen: Verlag Barbara Budrich, 2019. p. 83–104. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctvr00xjn.9>. Acesso em: 4 ago. 2025.

RADULESCU, Irina Gabriela; PANAIT, Mirela; VOICA, Catalin. BRICS Countries Challenge to the World Economy: New Trends. *Procedia Economics and Finance*, v. 8, p. 605-613, 2014. DOI: 10.1016/S2212-5671(14)00135-X.

RAMOS, Leonardo; GARCIA, Ana. A Decade of Emergence: The BRICS’ Institutional Densification Process. **Journal of China and International Relations**, v. 6, n. 1, 2018. Disponível em:

<https://www.academia.edu/36756184/A_Decade_of_Emergence_The_BRICS_Institutional_Densification_Process>. Acesso em: 9 fev. 2025.

RICZ, Judit. The changing role of the state in development in emerging economies: The developmental state perspective. In: Szanyi, Miklós (org.). *Seeking the best master: state ownership in the varieties of capitalism*. Budapest; New York: Central European University Press, 2019. p. 237-274. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.7829/j.ctv138wqt7.12>

SAAIDA, Mohammed. BRICS Plus: de-dollarization and global power shifts in new economic landscape. In: SHERESHEVA, Marina; LISSOVOLIK, Yaroslav D. (Eds.). *Changing the Global Monetary and Financial Architecture: The Role of BRICS-Plus*. BRICS Journal of Economics, v. 5, n. 1, p. 13-33, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3897/brics-econ.5.e117828>

SALISU, Afees A.; CUÑADO, Juncal; ISAH, Kazeem; GUPTA, Rangan. Stock markets and exchange rate behavior of the BRICS. *Journal of Forecasting*, v. 40, n. 8, p. 1581–1595, dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1002/for.2795>.

Shifter. “Entrevista: Don L — Futuro distópico”. Shifter, set. 2025. Disponível em: <https://shifter.pt/2025/09/entrevista-don-l-futuro-distopico/>. Acesso em: 16 set. 2025.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renalt. Por que novo-desenvolvimentismo? *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 27, p. 507-524, 2007.

SINGH, Tarlok. The sustainability of current account in the BRICS countries depends on economic policies’ support to structural adaptation. **Journal of Policy Modeling**, v. 45, n. 3, p. 570–591, 2023.

STEPHEN, Matthew D. Rising powers, global capitalism and liberal global governance: A historical materialist account of the BRICs challenge. *European Journal of International Relations*, v. 20, n. 4, p. 912-938, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/1354066114523655>

STUENKEL, Oliver. New Development Banks as Horizontal International Bypasses: Towards a Parallel Order? **AJIL Unbound**, v. 111, p. 236–313, 2017. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/27003737>>.

SULEMAN, Shahida; MOHD, Hassanudin ; CHEONG, Calvin. Magnetic Macro Drivers of Trade Openness: A Study of BRICS Economies. **South Asian Journal of Macroeconomics and Public Finance**, v. 13, n. 2, p. 273–297, 2024.

TAVARES, Maria da Conceição. *Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil*. In: CEPAL. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record / CEPAL, 2000. p. 217-237.

TEIXEIRA, Daniel Moura Da Costa; LARA, Helder. Environmental Sustainability and Economic Complexity: Policy Implications for a New Developmentalism Strategy. 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Curve of American Power. *New Left Review*, n. 40, jul./ago. 2006.

WANG, Hongying. New Multilateral Development Banks: Opportunities and Challenges for Global Governance. **Global Policy**, v. 8, n. 1, p. 113–118, 2017.